

## CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME

**Estudo Técnico Preliminar 12/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 19973.004690/2025-63

**2. Descrição da necessidade****Objetivo**

2.1. O objetivo pretendido com a licitação tratada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) é a aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos.

2.2. Caracteriza-se como incêndio florestal, a ser atendido por esta contratação, quando áreas de vegetação (como florestas, matas, cerrados ou campos) ou áreas urbanizadas forem atingidas por focos que se propagam de forma descontrolada, independentemente da sua causa.

2.3. Define-se por evento climático (ou meteorológico) extremo, aquele resultado “de uma séria interrupção no funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, afetando seu cotidiano. Essa paralisação abrupta envolve, simultaneamente, perdas materiais e econômicas, assim como danos ao ambiente e à saúde das populações, por meio de agravos e doenças que podem causar mortes imediatas e posteriores” (Observatório de Clima e Saúde da FioCruz, aqui: <https://climaesaude.iciet.fiocruz.br/eventos-extremos-0>). O evento climático extremo é popularmente conhecido como “desastre natural”.

**Contexto**

2.4. Os dados de incêndios florestais no Brasil são alarmantes. Segundo a Agência Brasil (2024), “quase um quarto do território brasileiro pegou fogo, ao menos uma vez, no período entre 1985 e 2023. Foram 199,1 milhões de hectares, o equivalente a 23% da extensão territorial brasileira”, sendo a vegetação nativa a mais castigada, com os biomas do Cerrado, do Pantanal e da Amazônia, os mais afetados.

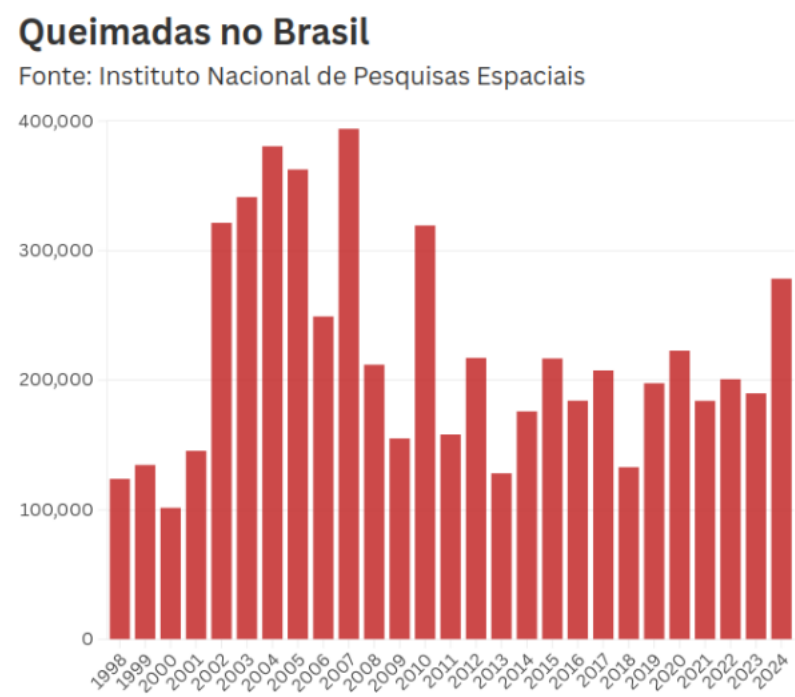
2.5. Esses eventos não apenas causam a destruição de ecossistemas vitais, mas também contribuem para o agravamento das mudanças climáticas, a perda de habitats naturais, a degradação do solo e a emissão de gases poluentes, impactando diretamente a qualidade de vida da população, especialmente daquela que reside nas proximidades dos focos de incêndio. O aumento dos casos de doenças respiratórias sobrecarrega o sistema de saúde, agravando ainda mais os efeitos desses desastres.

2.6. Além dos danos às áreas florestais e à qualidade do ar, as queimadas impactam diretamente a fauna local. Muitos animais são feridos, desabrigados ou mortos pelas chamas, o que intensifica a crise ambiental. As equipes de combate e socorro precisam, além de controlar os focos de incêndio, realizar operações de resgate de fauna, que consistem em localizar, capturar, tratar e realocar os animais sobreviventes para áreas seguras ou para centros de reabilitação.

2.7. Além de ameaçar o meio ambiente e a biodiversidade, as queimadas afetam também a saúde pública e a economia do país. Elas impactam negativamente nas atividades turísticas e produtivas, especialmente na agricultura, e demandam recursos públicos significativos para o combate aos focos de incêndio e recuperação das áreas afetadas.

2.8. Após uma significativa queda na quantidade de queimadas no país, quando comparados os últimos anos com a primeira década do século, o ano de 2024 apresentou uma nova inflexão, com a retomada do crescimento dos focos de incêndio. Conforme revelam os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), houve um aumento de quase 50% nas ocorrências, com incêndios se alastrando por florestas, áreas rurais e urbanas de vários estados brasileiros.

Figura 1: Ocorrências de foco de incêndio no Brasil (1998 a 2024)



2.9. Estados como Mato Grosso, Amazonas, Acre, Pará, Maranhão e Rondônia, entre outros, enfrentaram em 2024 uma crise ambiental significativa, com a propagação rápida de incêndios florestais que ameaçaram a biodiversidade, a economia local, a saúde pública e a saúde da população. Esses incêndios têm provocado a devastação de grandes áreas naturais, afetando ecossistemas inteiros e causando a morte de espécies nativas. Ainda segundo a Agência Brasil (2025), “o Brasil registrou aumento de 79% nas áreas queimadas de seu território entre janeiro e dezembro de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior”.

2.10. Para garantir uma resposta eficaz no combate às queimadas, bem como na proteção da vida humana e no resgate da fauna, é indispensável a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos – além de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais especializados. A aquisição de bens, somada à contratação de serviços especializados, é medida necessária para enfrentar, de forma tempestiva, o alastramento dos focos de incêndio pelo país, reduzindo o rastro de destruição nos biomas, propriedades agrícolas, comunidades rurais e até em zonas urbanas.

2.11. No que se refere a este estudo, a aquisição de utensílios, máquinas e equipamentos modernos e eficientes para o combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos é essencial para fortalecer a capacidade de resposta do governo federal diante desses desastres. Atualmente, a falta de recursos adequados, como aeronaves especializadas, caminhões-pipa, bombas de água, equipamentos de proteção individual (EPIs), sistemas de monitoramento em tempo real e outros, limita a eficácia das ações de prevenção e combate aos incêndios. A disponibilização de equipamentos modernos para as equipes de combate permitirá uma atuação mais ágil e eficaz, reduzindo o tempo de resposta e minimizando os danos causados.

2.12. O fornecimento de equipamentos adequados para os órgãos da Administração Pública, entes federativos e equipes de combate aos incêndios e demais eventos climáticos extremos contribuirá para a proteção de vidas humanas, de comunidades tradicionais e de propriedades rurais e urbanas. Além disso, reduzirá a extensão e a intensidade dos incêndios florestais, ajudando na preservação dos biomas brasileiros, essenciais para a manutenção dos recursos hídricos, do clima e da biodiversidade.

2.13. Destaca-se também que a aquisição de equipamentos de combate a incêndios florestais está alinhada com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente e com os compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais, como o Acordo de Paris, que prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, reforça o compromisso do Governo Federal com a proteção dos biomas nacionais e com a garantia da segurança ambiental e climática.

2.14. A contratação também se alinha aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, um conjunto de 17 metas globais estabelecidas pela **Organização das Nações Unidas (ONU)**, como parte da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, lançada em 2015. O Brasil é um dos países signatários da Agenda 2030 e tem assumido formalmente o compromisso de implementar os ODS por meio de políticas públicas, planos de ação e cooperação com estados, municípios, setor privado e sociedade civil. Em especial, 3 ODS se relacionam à contratação:

- **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- **ODS 15 - Vida Terrestre:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

2.15. A ausência desses equipamentos compromete não só a segurança dos profissionais, como também a eficiência nas operações de combate aos incêndios e de resgate da fauna. Isso prolonga o tempo de controle dos focos de incêndio e dificulta as ações de salvamento de animais, aumentando as perdas de biodiversidade e os danos ambientais.

2.16. Tendo em vista as peculiaridades, o caráter estratégico, preventivo e emergencial do objeto, especialmente diante das previsões climáticas para 2026, que indicam aumento do risco de incêndios florestais associado à possível ocorrência de um evento El Niño durante o segundo semestre do ano, além da intensificação de eventos climáticos extremos em diversas regiões do país, a Central de Compras foi destacada para realizar a licitação centralizada para a aquisição de bens para o combate de incêndios florestais.

2.17. Nesse sentido, considerando o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) reúne os artefatos e demais documentos que subsidiarão a futura licitação centralizada, com vistas à contratação de bens para combate a incêndios florestais em qualquer região do país.

2.18. Este ETP pretende: 1) elaborar a melhor solução de contratação dos bens demandados; 2) analisar a viabilidade técnica e econômica da solução encontrada; e 3) disponibilizar informações necessárias para subsidiar a contratação de bens para combate a incêndios florestais.

2.19. As construções do ETP, do Termo de Referência (TR) e da Pesquisa de Preços são pautadas pela Lei nº 14.133/2021 e pelas seguintes Instruções Normativas (IN): SEGES/ME nº 58/2022, SEGES/ME nº 65/2021, SEGES/ME nº 73/2022 e SEGES/ME nº 81/2022.

2.20. Foi usada como referência para a elaboração dos instrumentos e artefatos supracitados a contratação de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais especializados para o enfrentamento das queimadas (processo SEI-MGI nº 19973.017537/2024-15), por dois motivos: 1) ter objetivo e escala muito parecidos; 2) por ser planejada recentemente e estar em processo de licitação.

2.21. Destaca-se que o objeto da contratação se caracteriza como bens comuns, visto que tem por finalidade itens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme será evidenciado no decorrer deste ETP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, inciso XIII do art. 6º:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

2.22. O objeto da contratação é classificado como atividade de custeio. Por tratar-se de SRP, caberá ao órgão participante – quando da instrução do seu processo de formalização de contrato a partir da ARP a ser publicada após

homologação da licitação – o cumprimento das exigências de governança previstas no Decreto nº 10.193/2019, principalmente as constantes em seu art. 3º.

2.23. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.24. A contratação é aderente à aplicação da modalidade pregão, na forma eletrônica, de acordo com o inciso XLI do mesmo artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 17, § 2º do referido diploma legal:

*XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

...

*Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*

...

*§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.*

2.25. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 3º, inciso III do Decreto nº 11.462 /2023, obedecendo, ainda, à respectiva divulgação de Intenção de Registro de Preços (IRP):

*I. quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*

*II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

*III. quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*

*IV. quando for atender à execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*

*V. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

2.26. A contratação objetiva atender a uma demanda difusa e imprevisível, pois os incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos afetam boa parte do território nacional, sem a possibilidade de conhecimento prévio das localidades afetadas, porém caberá, exclusivamente, à **Central de Compras**, unidade vinculada à **Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES)**, do **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**, centralizar a demanda. É importante frisar que a presente contratação é derivada de uma ação conjunta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e contratação de serviços contínuos de horas de voo de aeronaves.

2.27. Para realizar o levantamento de itens necessários, assim como para elaborar e revisar as especificações dos itens, a EPC contou com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

2.28. Destaca-se que a atuação integrada entre as equipes foi fundamental para alcançar o resultado esperado, de modo a promover maior eficiência na utilização dos recursos públicos, garantir o melhor custo-benefício, evitando desperdícios, bem como atender às necessidades da sociedade de forma justa, acessível e com impacto positivo na qualidade de vida das pessoas. Todas essas ações caminham em sintonia com os princípios da sustentabilidade, da eficiência, da economicidade, da sustentabilidade financeira, privilegiando assim aspectos econômicos e sociais por meio da inclusão, da equidade e do bem-estar coletivos.

2.29. Consideradas as competências regimentais da Central de Compras, foram empreendidos os estudos necessários para viabilizar o processo de licitação centralizada. O Documento de Formalização da Demanda (DFD) detalha a justificativa, o objetivo da contratação e a equipe inicial de desenvolvimento do projeto.

2.30. As informações complementares, tais como: os requisitos, a governança, o escopo, os stakeholders, as premissas, as principais entregas, o cronograma preliminar, as restrições e os principais riscos identificados na contratação, estão presentes neste ETP, assim como o contexto associado à implementação da estratégia. Complementarmente, este ETP apresenta informações a serem utilizadas como diretrizes para o desenvolvimento da contratação.

2.31. Dessa forma, certifica-se de que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal da Central de Compras.

2.32. Convém ressaltar, ainda, que não se trata de contratação de bens e serviços de grande vulto, dispensando a elaboração da matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, na forma prevista pelo art. 22, §3º da Lei nº 14.133, anexo do Termo de Referência nº 57/2045.

## **Central de Compras**

2.33. A Central de Compras, unidade vinculada à Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), de acordo com o Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, que aprovou a estrutura regimental do MGI, possui as seguintes competências:

Anexo I do Decreto nº 12.102/2024:

*Art. 22. À Central de Compras compete:*

*I - desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos inovadores para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum ou estratégico para órgãos e entidades;*

*II - planejar, coordenar, controlar e operacionalizar ações que visem à implementação inovadora de estratégias e soluções relativas a licitações, aquisições, contratações, alienações e gestão de bens e serviços de uso em comum ou estratégico para órgãos e entidades;*

*III - planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades para realização de procedimentos licitatórios inovadores, de contratação direta e de alienação, relativos a bens e serviços, incluídos os de tecnologia da informação e comunicação, de uso em comum ou estratégico para órgãos e entidades;*

*IV - planejar e executar procedimentos licitatórios e de contratação direta necessários ao desenvolvimento de suas atividades finalísticas;*

*V - firmar e gerenciar as atas de registros de preços e os contratos decorrentes dos procedimentos de sua competência; e*

*VI - desenvolver e gerir sistemas inovadores de tecnologia de informação para apoiar os processos de aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da administração pública.*

*§ 1º As licitações para aquisição e contratação de bens e serviços de uso comum pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional serão efetuadas prioritariamente por intermédio da Central de Compras.*

*§ 2º As contratações poderão ser executadas e operadas de forma centralizada.*

*§ 3º Ato do Secretário de Gestão e Inovação do Ministério estabelecerá os bens e os serviços de uso em comum cujas licitações, aquisições, contratações, alienações e gestão serão atribuídas exclusivamente à Central de Compras.*

*§ 4º A centralização das licitações, da instrução dos processos de aquisição, de contratação direta, de alienação e de gestão será implementada de forma gradual, em cronograma estabelecido pela Central de Compras, aprovado por órgão colegiado instituído para essa finalidade.*

2.34. Portanto, a Central de Compras centralizará o processo licitatório. Quanto aos procedimentos de contratação, gestão e fiscalização contratual e pagamento, tais processos ficarão a cargo dos órgãos e entidades participantes do SRP.

2.35. Destaca-se que as aquisições contidas na presente licitação são de grande interesse para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), uma vez que atendem aos objetivos estabelecidos pelo Governo Federal, além de dotar áreas com potencial risco de incêndios com equipamentos importantes para possibilitar a realização da prevenção e combates, citados neste termo, de forma segura e eficiente, e assim, possibilitar o alcance da meta de diminuição do impacto do fogo sobre os ecossistemas protegidos e reduzir a emissão de poluidores atmosféricos.

### **Necessidade da contratação**

2.36. Conforme já relatado, nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um aumento expressivo na ocorrência de incêndios florestais, especialmente em biomas como a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Esses eventos, frequentemente associados a práticas irregulares de uso e ocupação do solo, vêm sendo potencializados pelas alterações climáticas globais. A elevação das temperaturas médias, combinada com a redução da umidade relativa do ar, tem criado um ambiente propício à propagação descontrolada do fogo, impondo desafios significativos à preservação ambiental e à gestão territorial, por parte do poder público.

2.37. Paralelamente, observa-se uma intensificação de períodos de estiagem prolongada em diversas regiões do território nacional, com destaque para o Nordeste, o Centro-Oeste e, mais recentemente, o Sudeste. Essa nova configuração climática afeta, diretamente, setores estratégicos como o abastecimento hídrico, a produção agropecuária e a geração de energia, sobretudo em regiões dependentes de fontes hidrelétricas. Tais efeitos decorrem, em grande medida, de mudanças nos padrões atmosféricos, agravadas pela emissão crescente de gases de efeito estufa e pela degradação dos ecossistemas naturais.

2.38. As perspectivas climáticas mais recentes apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e demais órgãos integrantes da Sala de Situação sobre Incêndios Florestais indicam a possibilidade de formação de um evento El Niño durante o segundo semestre de 2026. Caso confirmada sua ocorrência, o fenômeno poderá provocar redução das chuvas, prolongamento da estação seca, aumento das temperaturas e diminuição da umidade relativa do ar em extensas áreas do território nacional, especialmente no Cerrado, Pantanal, Amazônia Oriental e parte da Região Nordeste, ampliando significativamente o risco de incêndios florestais de grande magnitude.

2.39. Além dos focos de incêndio e da seca, o país tem registrado uma maior frequência de eventos climáticos extremos, a exemplo de enchentes, tempestades severas, vendavais e ondas de calor. Essas ocorrências têm provocado perdas humanas e materiais significativas, exigindo respostas emergenciais e colocando à prova a capacidade de planejamento e resposta dos entes federativos. A intensificação desses eventos demanda uma reavaliação dos instrumentos de gestão de riscos e desastres, bem como o fortalecimento das estruturas de defesa civil em todas as esferas de governo.

2.40. Ressalte-se que os impactos das mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, como comunidades tradicionais, agricultores familiares e residentes em áreas urbanas periféricas. A Administração Pública deve, portanto, incorporar uma perspectiva de equidade social nas políticas de adaptação climática, assegurando que ações e investimentos cheguem às localidades mais expostas e com menor capacidade de resposta. A vulnerabilidade socioambiental, se não enfrentada com políticas públicas eficazes, tende a agravar os desequilíbrios regionais e as desigualdades estruturais.

### **Cenário atual dos focos de calor e previsões sazonais no Brasil**

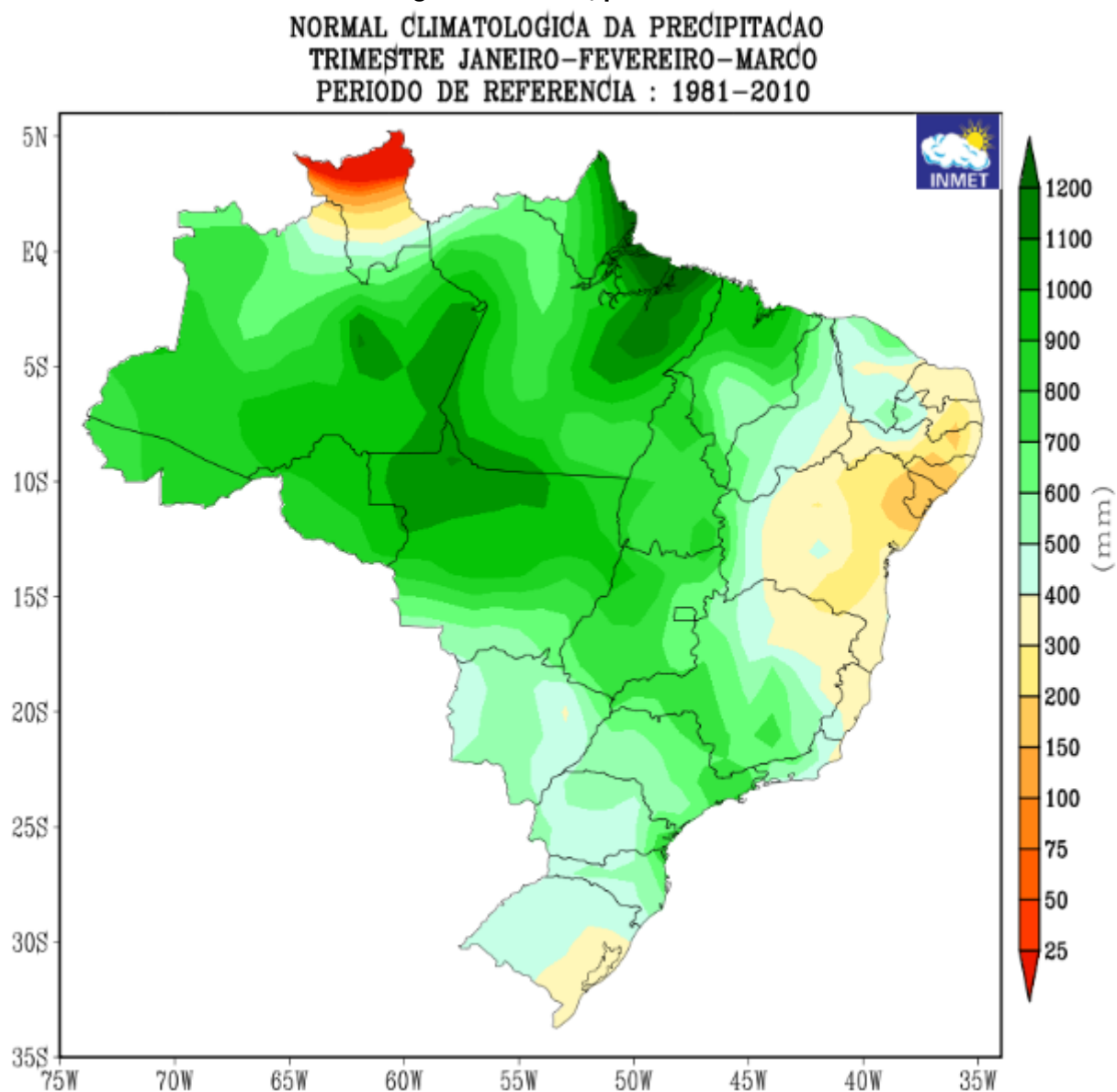
2.41. Os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no primeiro trimestre de 2025, apontam focos de calor acima da média histórica nos Biomas Pampa, Caatinga e Mata Atlântica, e abaixo da média nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

2.41. Porém, climatologicamente, o primeiro trimestre de 2025 foi marcado por grandes volumes de chuva na maior parte do Brasil, especialmente na Região Norte e na área central do país, onde ocorrem os maiores totais de chuva

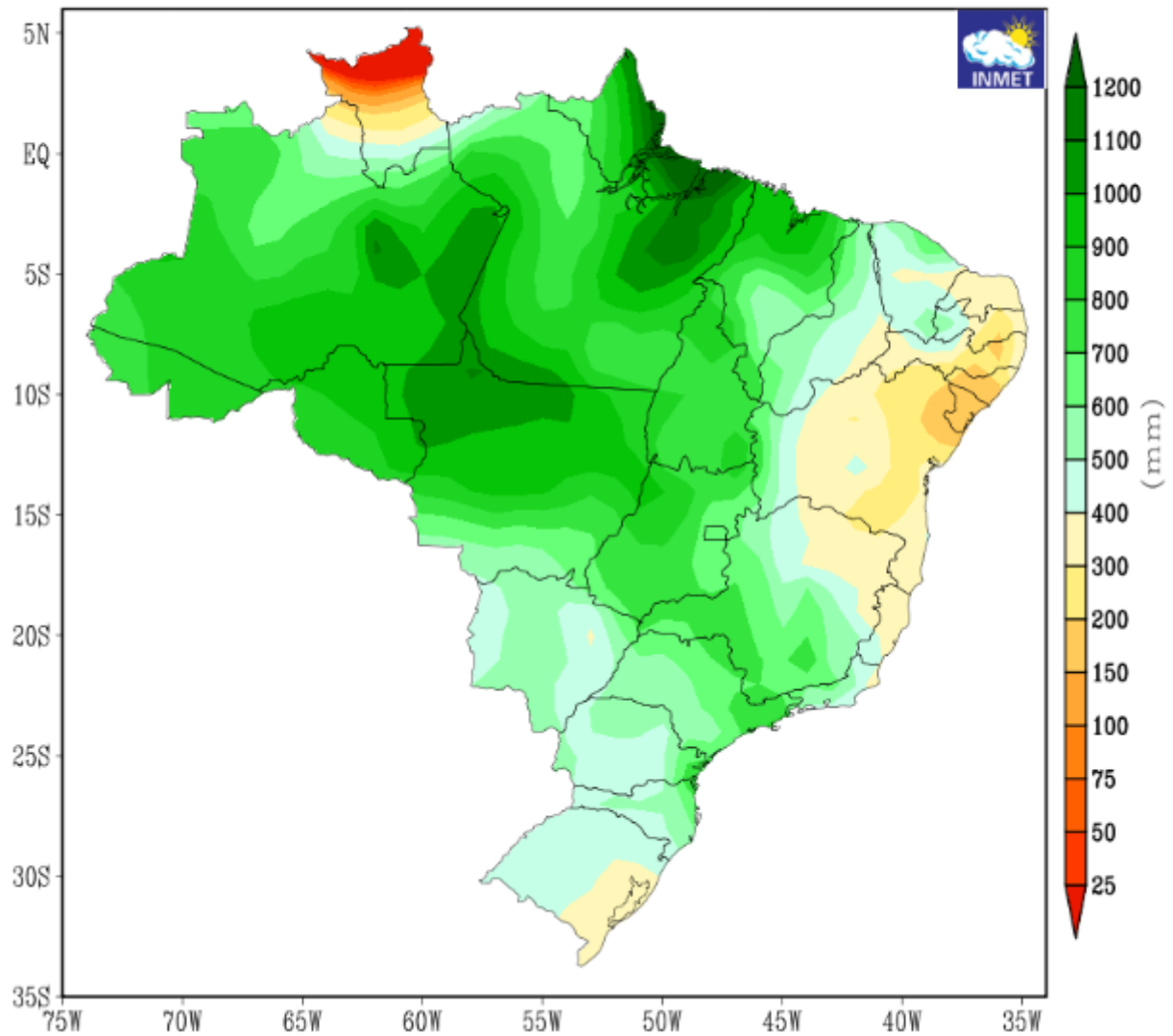
acumulada neste período, como mostra a figura 2 (tons de verde escuro no mapa indicam os maiores totais de chuva). Nota-se, portanto, que este é um período muito importante para a reposição de água no solo, rios e vegetação destas áreas.

**Figura 1. Normal (média) climatológica de precipitação (chuva) para o trimestre janeiro-fevereiro-março.**

**Fonte: Normal Climatológica do INMET, período de referência 1981 – 2010.**

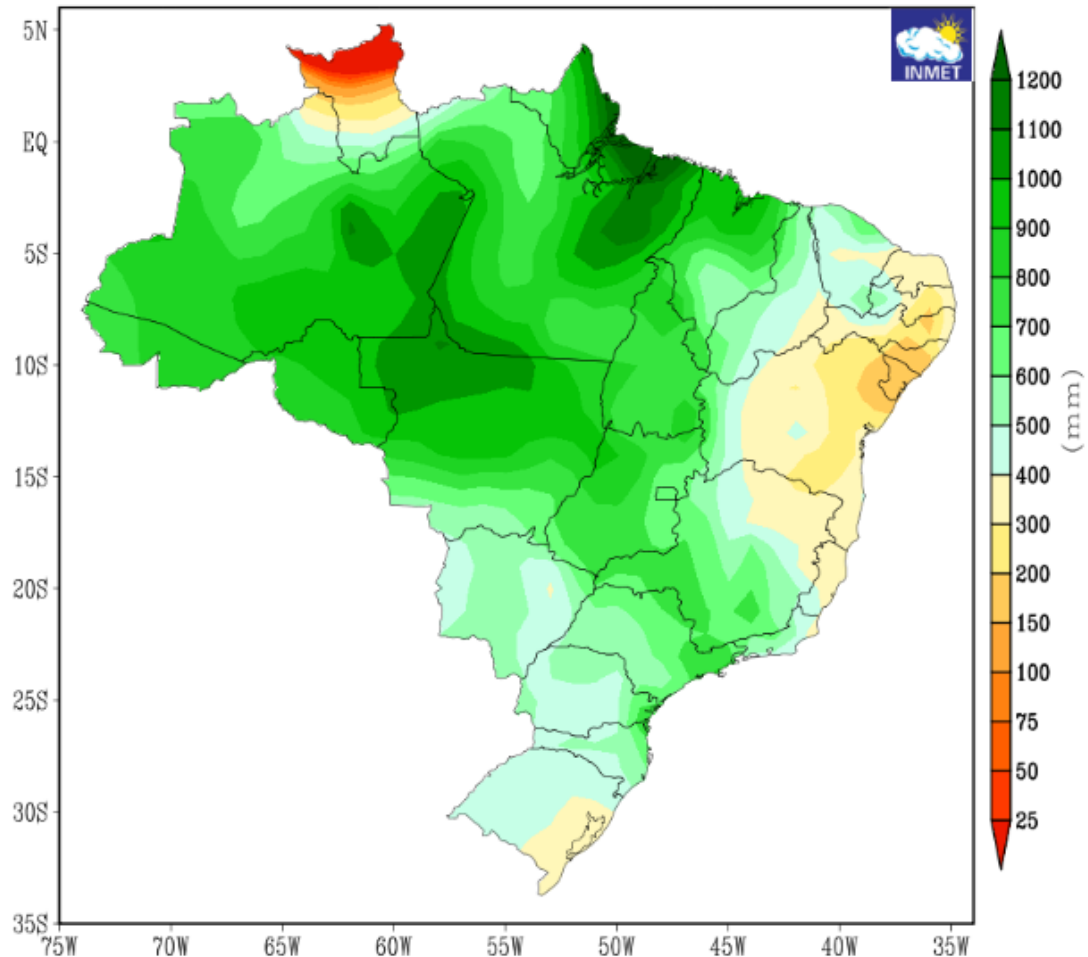


NORMAL CLIMATOLÓGICA DA PRECIPITAÇÃO  
TRIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 1981-2010





NORMAL CLIMATOLÓGICA DA PRECIPITAÇÃO  
TRIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 1981-2010

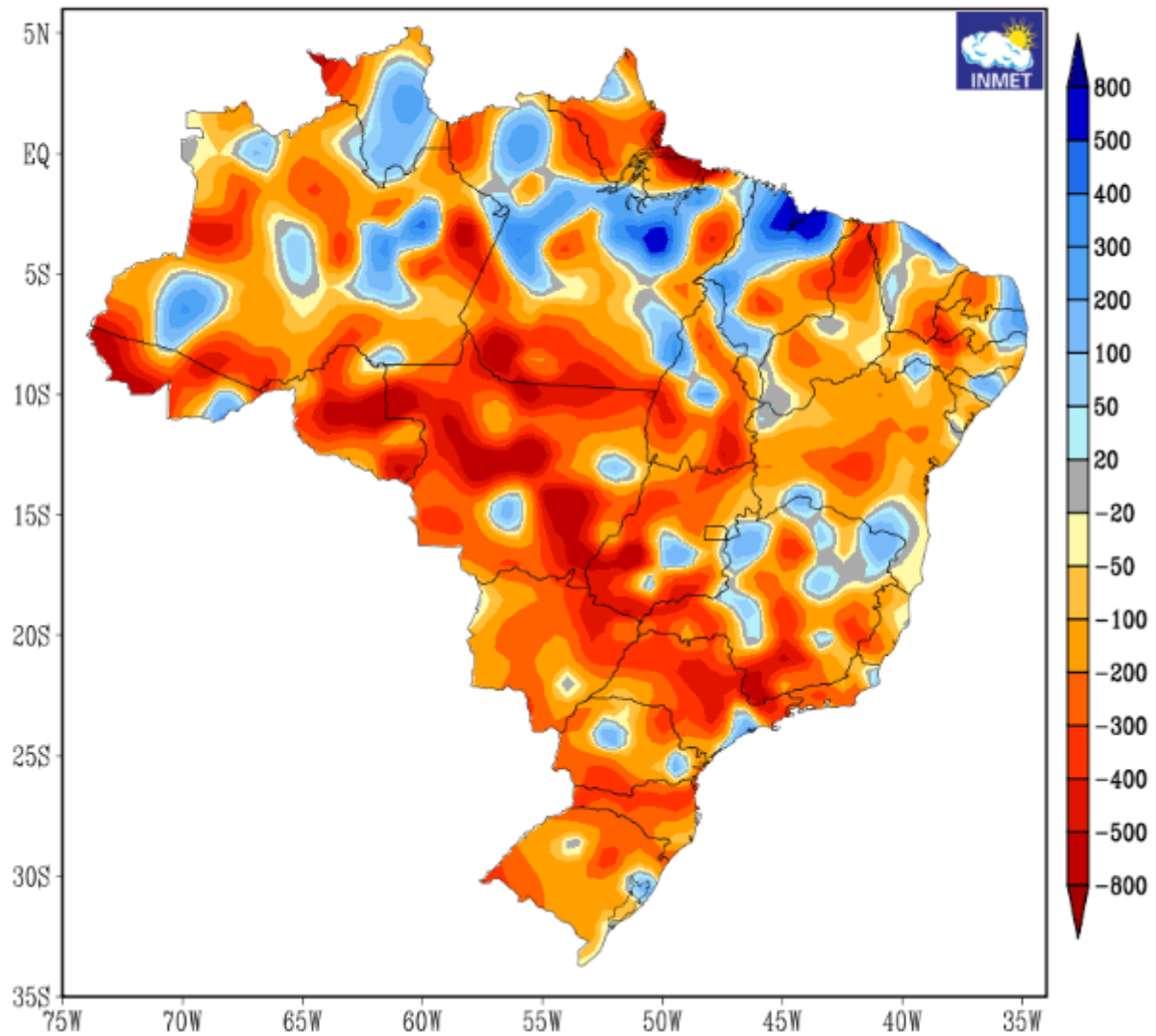


2.42. Porém, em 2025 as chuvas, neste trimestre, ocorreram de forma muito irregular na maior parte do território brasileiro, o que resultou em déficit de chuva (chuvas abaixo da média) em grande parte do país, conforme mostra a figura 3, que traz as anomalias de chuva (desvios com relação à média) – onde os tons em laranja indicam chuva abaixo do normal. Nesta figura é possível notar ainda que, apenas de forma pontual, as chuvas ficaram dentro ou um pouco acima do normal (tons em azul no mapa).

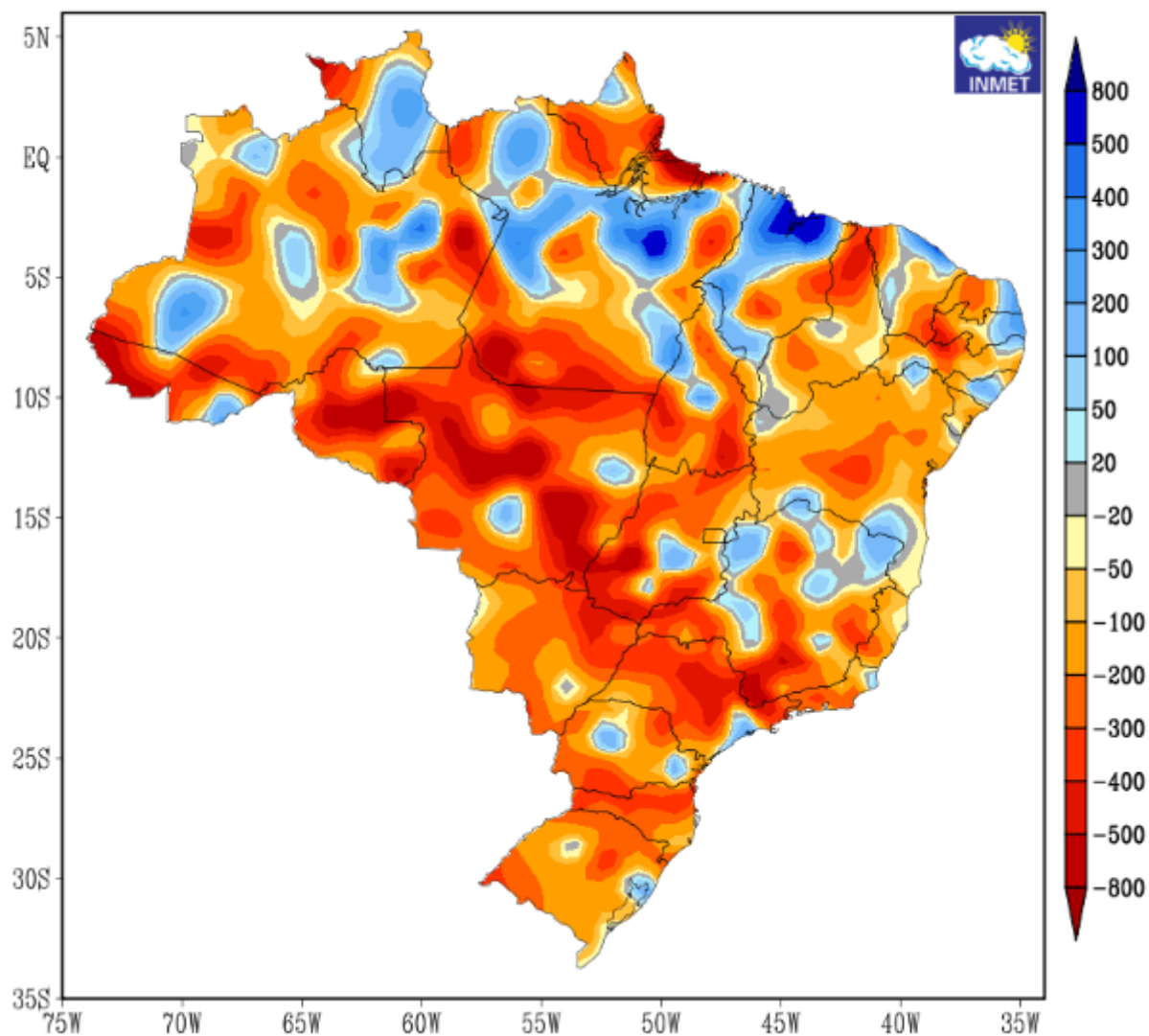
**Figura 3. Anomalias de precipitação (chuva) ocorridas no trimestre janeiro-fevereiro-março de 2025 no Brasil.**

**Fonte: INMET**

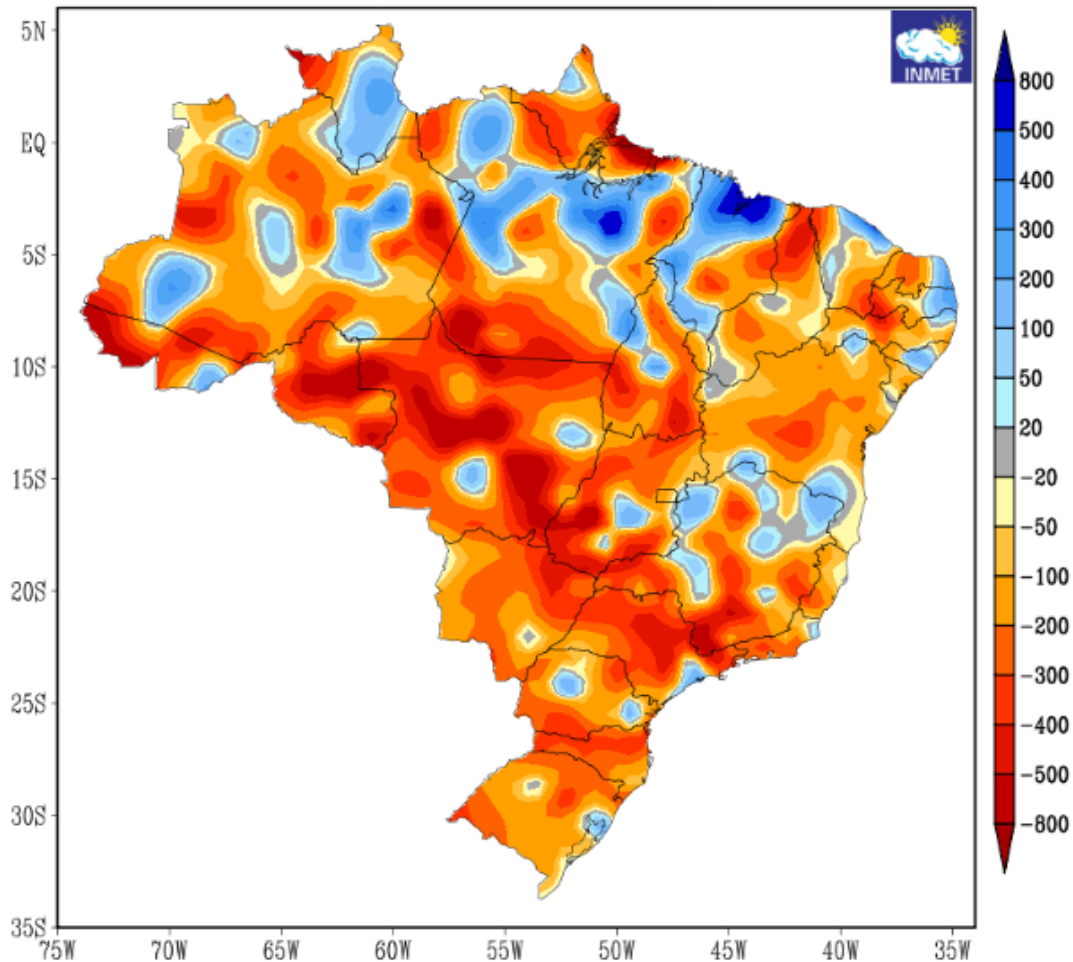
ANOMALIA DE PRECIPITAÇÃO TRIMESTRAL  
VALIDO PARA JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO DE 2025



ANOMALIA DE PRECIPITAÇÃO TRIMESTRAL  
VALIDO PARA JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO DE 2025



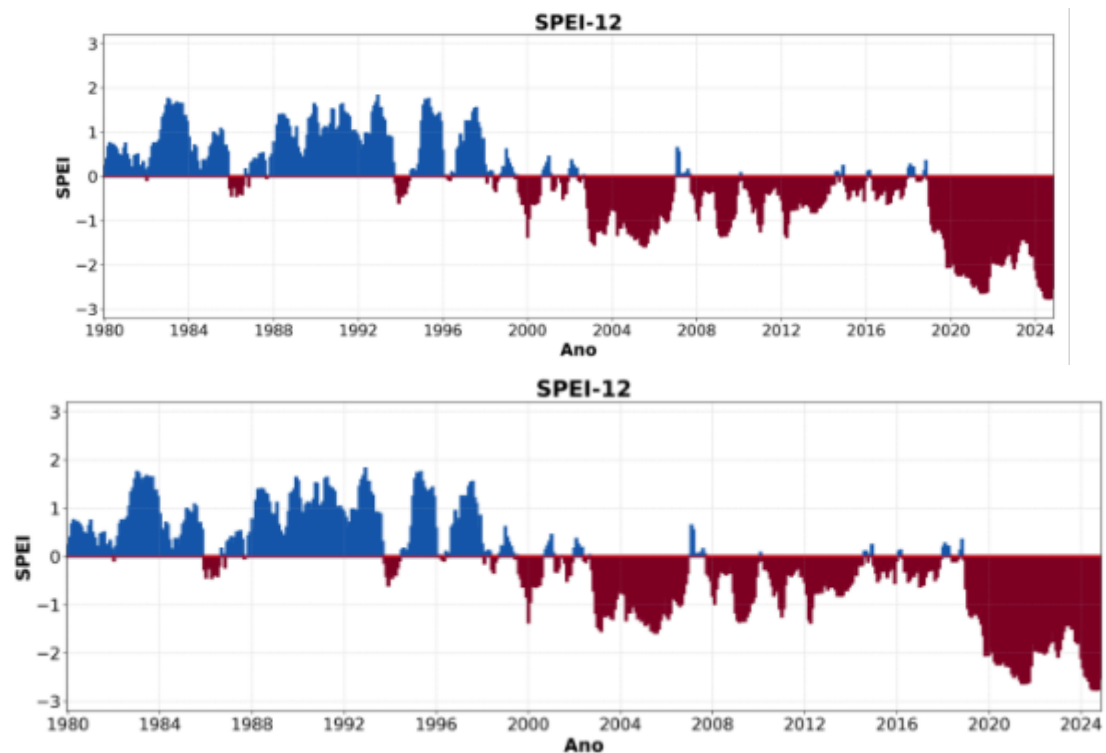
ANOMALIA DE PRECIPITACAO TRIMESTRAL  
VALIDO PARA JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO DE 2025



2.43. Tal cenário acende um sinal de alerta, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, este é um trimestre muito importante do período chuvoso da porção norte e da área central do Brasil e, a partir do mês de maio, há uma significativa redução da chuva nestas áreas, tendo início ao período seco.

2.44. Além disso, é importante destacar que, nos últimos anos, os períodos secos no Brasil têm se tornado mais frequentes e intensos. O gráfico da figura 4 mostra que nos anos 2000 há um padrão de seca persistente no país (áreas em vermelho), e que a seca de 2024 foi a mais extensa e intensa dos últimos anos.

**Figura 4. Gráfico da evolução temporal do Índice de precipitação-evapotranspiração padronizado (SPEI) no Brasil. Áreas em vermelho indicam seca. Fonte: LASA/UFRJ**



2.45. As avaliações climáticas apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e demais instituições integrantes da Sala de Situação sobre Incêndios Florestais indicam que o ano de 2026 poderá apresentar condições de seca mais severas do que aquelas observadas em 2024, considerado um dos anos mais críticos das últimas décadas em termos de déficit hídrico e ocorrência de incêndios florestais no Brasil.

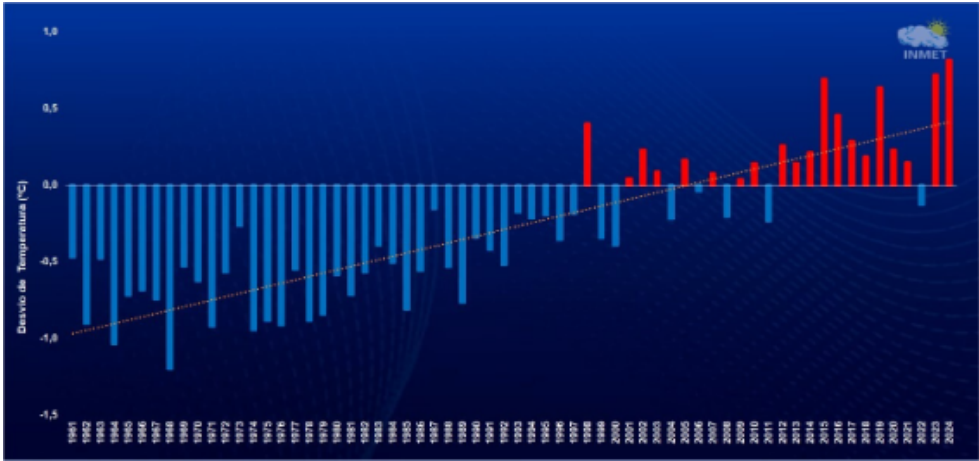
2.46. Embora 2024 tenha sido marcado por uma estiagem excepcionalmente intensa e extensa, as projeções para 2026 apontam para a combinação de fatores de risco que incluem a persistência do aquecimento global, temperaturas acima da média histórica em grande parte do território nacional, irregularidade das chuvas observada desde o início do ano e a possibilidade de formação de um evento El Niño de forte intensidade no segundo semestre. Esse conjunto de fatores poderá favorecer o prolongamento da estação seca, a redução da umidade do solo e da vegetação e o aumento da suscetibilidade dos biomas brasileiros à ocorrência e propagação de incêndios florestais.

2.46.1. Nesse contexto, os órgãos federais vêm adotando medidas antecipadas de planejamento e preparação para a temporada de incêndios de 2026, reconhecendo a possibilidade de um cenário de risco igual ou superior ao registrado em 2024. Tal perspectiva reforça a necessidade de fortalecimento prévio da capacidade operacional dos órgãos públicos responsáveis pela prevenção, monitoramento e combate aos incêndios florestais, por meio da aquisição tempestiva de equipamentos, máquinas, veículos, ferramentas e demais recursos necessários à atuação em situações de emergência ambiental.

2.47. Diante desse cenário, torna-se imprescindível fortalecer previamente a capacidade operacional dos órgãos públicos responsáveis pela prevenção, monitoramento e combate aos incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos. A aquisição tempestiva de equipamentos, máquinas, ferramentas e acessórios especializados permite ampliar a prontidão operacional das equipes, reduzir o tempo de resposta a emergências e garantir maior proteção aos agentes públicos, brigadistas, comunidades afetadas e ecossistemas vulneráveis. A adoção de medidas preventivas é especialmente relevante em cenários de elevada incerteza climática, nos quais a demanda por recursos materiais tende a crescer simultaneamente em diferentes regiões do país.

2.48. De acordo com um levantamento feito pelo INMET, ao longo dos anos, houve uma tendência de aumento significativo das temperaturas e, principalmente, a partir do final da década de 90, predominantemente as temperaturas médias do ar anuais, no Brasil, ficaram acima do normal – conforme mostrado na figura 5 (barras em vermelho indicam temperaturas acima do normal). Este cenário pode estar associado às mudanças climáticas - que estão elevando as temperaturas em escala mundial, mas também a mudanças ambientais locais.

Figura 5. Anomalia (diferença entre a temperatura observada e a média histórica de 1991 - 2020) de Temperatura Média do Ar (TMA) no Brasil por ano. Fonte: INMET

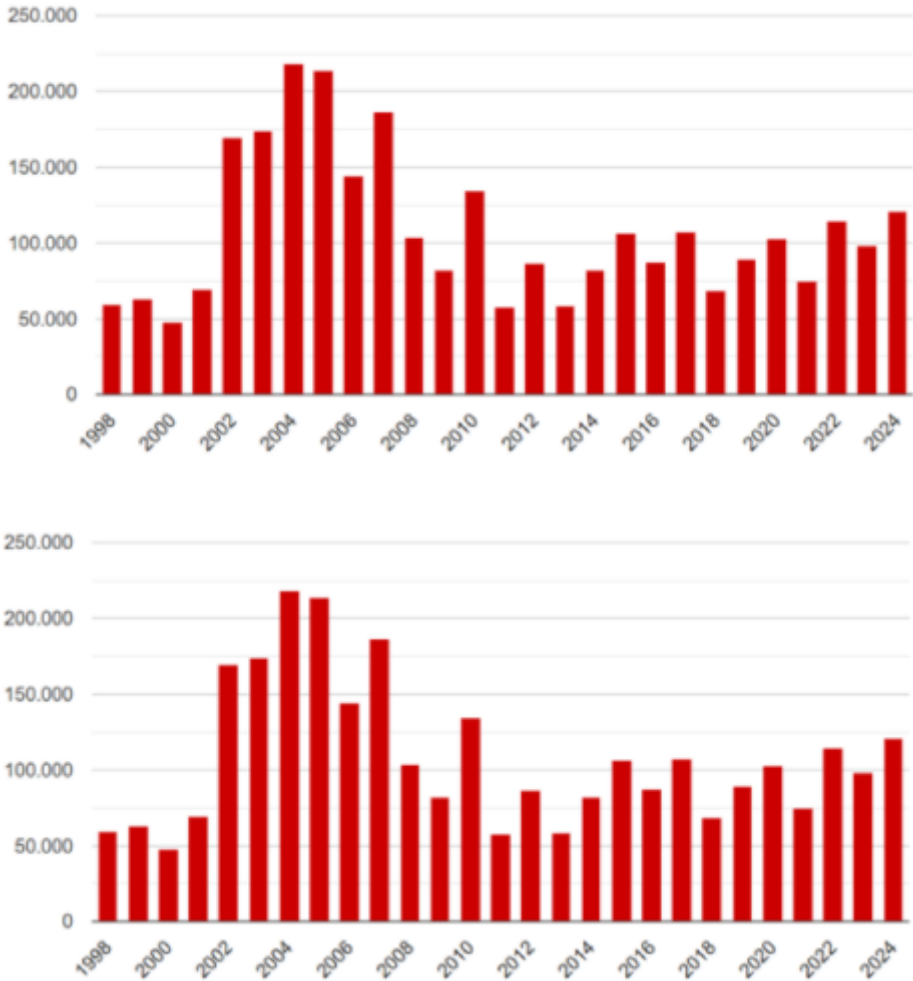


2.49. Os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) demonstram uma tendência preocupante de aumento nos focos de calor nos principais biomas brasileiros:

Bioma Amazônia:

2.50. A figura 6 apresenta o volume de presença dos focos de calor no Bioma Amazônia. Os valores do ano de 2024 já são maiores que os de todos os últimos 14 anos. Este fato indica tendência de mais incêndios florestais no bioma e, conseqüentemente, mais recursos relacionados são necessários para atividades de prevenção e combate.

Figura 6: Focos de calor do satélite de referência no Bioma Amazônia (1998 a 30/10/2024). Fonte: Inpe

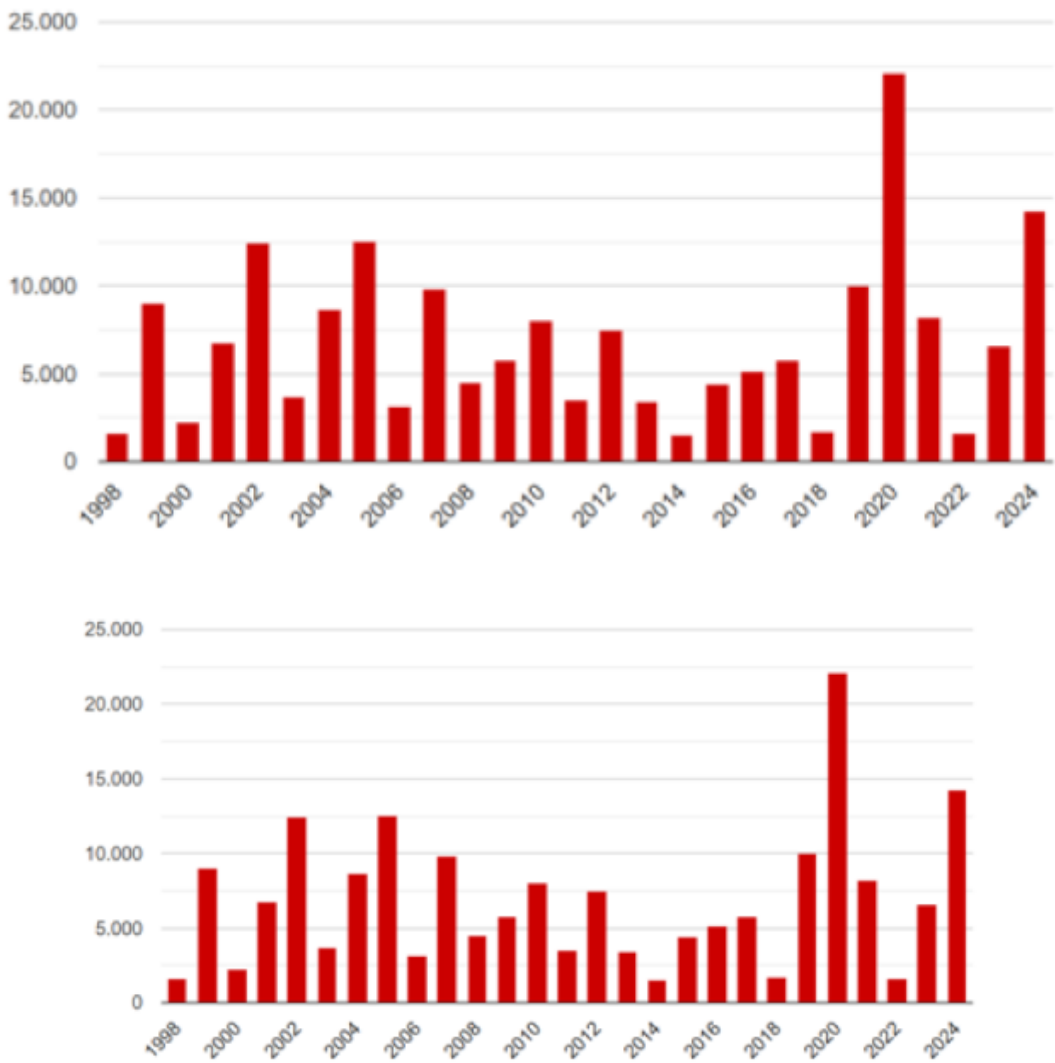


2.51. Segundo a Agência Brasil (2025), em 2024, “somente na Amazônia, queimaram-se 17,9 milhões de hectares, o que corresponde a mais da metade - 58% - da área afetada no país. No bioma, cerca de 6,8 milhões de hectares atingidos eram de formação florestal, superando a queima de pastagens, que ficou em torno de 5,8 milhões de hectares”. Na mesma reportagem, o pesquisador do MapBiomas Fogo, Felipe Martenexen salienta: “Vale destacar que o fogo na Amazônia não é um fenômeno natural, nem faz parte de sua dinâmica ecológica, sendo um elemento introduzido por ações humanas”.

Bioma Pantanal:

2.52. A figura 7 apresenta a grande taxa de crescimento dos focos de calor desde 2022. A região apresenta consecutivas situações de secas históricas. O ano de 2024 já possui o segundo maior registro de focos de calor de toda a série histórica.

**Figura 7: Focos de calor do satélite de referência no Pantanal (1998 a 30/10/2024). Fonte: Inpe**



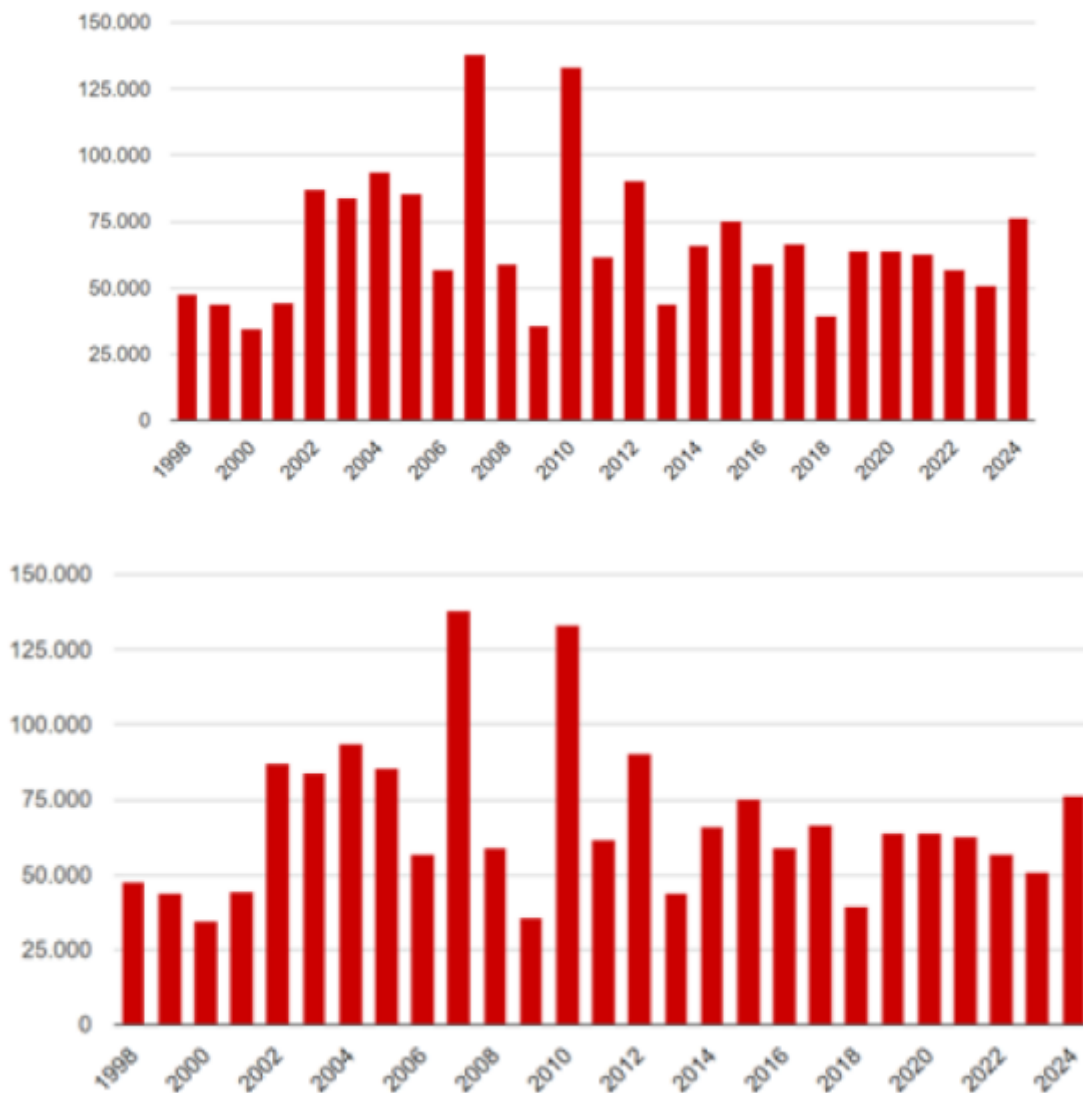
2.53. Segundo a Agência Brasil (2025), em 2024, “o Pantanal teve 1,9 milhão de hectares atingidos pelo fogo”.

Bioma Cerrado:

2.54. Apresenta, no ano de 2024, o maior valor de registro de números de focos de calor dos últimos 12 anos.

**Figura 8: Focos de calor do satélite de referência no Bioma Cerrado (1998 a 30/10/2024). Fonte: Inpe**





2.55. Segundo a Agência Brasil (2025), em 2024, no Cerrado, queimaram-se 9,7 milhões de hectares, dos quais 85% de vegetação nativa, principalmente formações savânicas. Comparado a 2023, houve aumento de 91% da área queimada, sendo a maior atingida desde 2019. Na mesma reportagem, a pesquisadora do Mabbios, Vera Arruda afirma: “historicamente, o Cerrado é um bioma que evoluiu com a presença do fogo, mas o fogo de forma natural, que ocorreria, por exemplo, ocasionado por raios, durante a transição entre a estação seca e a chuvosa. O que se observa é que tem aumentado muito a área queimada, principalmente na época da seca, impulsionada, principalmente, por atividades humanas e pelas mudanças climáticas”.

2.56. Dessa forma, para o ano de 2025, o Governo Federal empreendeu uma série de medidas objetivando antecipar a situação de calamidade, instrumentalizando órgãos públicos e entes federativos com equipamentos e serviços de combate aos incêndios e demais eventos climáticos extremos. A portaria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) nº 1.327, de 27 de fevereiro de 2025, facilita a declaração de estado de emergência ambiental e a atuação por parte dos entes federativos. A grande mudança é que os entes federativos podem declarar estado de emergência ambiental de forma preventiva, ou seja, antes de a calamidade atingir o território, ao identificar as áreas vulneráveis ou em risco.

2.57. Em fevereiro de 2025, o MMA também anunciou a contratação do maior contingente de brigadistas da história. No total, serão 4.608 profissionais organizados em 231 brigadas florestais federais; ampliação do monitoramento diário dos incêndios das áreas queimadas para todo o Brasil, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Latin American Studies Association (LASA); desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Fogo (Sisfogo) para uso dos órgãos públicos e sociedade; seis novos manuais de prevenção e combate a incêndios florestais por parte do Ibama; 143 eventos de capacitação para brigadistas e voluntários; resgate de fauna afetada pelos incêndios; estímulo à elaboração de Planos de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) em municípios, territórios indígenas e comunidades tradicionais; e a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle de Incêndios em



2025 para Pampa e Mata Atlântica. O governo também determinou que todos os estados devem ter seus PMIF elaborados em até dois anos e que o licenciamento deve considerar PMIFs como medidas preventivas e mitigadoras de riscos de incêndios.

2.58. Deve-se atentar também para as demandas de entes estaduais e municipais, além de outras instituições federais, que concorram entre si na necessidade de contratação. O mercado é restrito e deve-se levar em consideração que alguns entes contam com menor capacidade para realizar contratação de serviços especializados, sobretudo de forma célere. Nesse sentido, caberá à Central de Compras, a partir de reunião com os governos, noticiá-los a respeito do presente projeto, para que, caso haja interesse, sejam viabilizadas suas respectivas participações, nos moldes que deverão atendê-los plenamente.

2.59. No que se refere às ações dos governos estaduais com relação ao combate aos incêndios florestais, a título de informação, elencamos abaixo a quantidade de estados que decretaram situação de emergência em 2024, devido à estiagem e alta quantidade de incêndios em seus territórios:

- **Acre** – Decreto nº 11.492, de **10 de junho de 2024** - Dispõe sobre a situação de emergência ambiental em decorrência da redução dos índices de chuvas e dos cursos hídricos, prejuízos sociais e econômicos, e riscos de incêndios florestais nos Municípios do Estado do Acre.
- **Mato Grosso do Sul** – Decreto “E” nº 53, de **21 de junho de 2024** - Declara “Situação de Emergência” nos municípios de Mato Grosso do Sul, afetados por desastre, classificado e codificado como Incêndio Florestal - Incêndios em Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais e Municipais; Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar - COBRADE - 1.4.1.3.1 e 1.4.1.3.2, conforme Portaria 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério da Integração Nacional.
- **Amapá** – Decreto nº 5902, de **6 de agosto de 2024** - Decretação da situação anormal caracterizada como Situação de Emergência nas áreas do Estado do Amapá afetadas por evento adverso caracterizado como gradual, natural e biológico e classificado como infestações/pragas (outras infestações) - COBRADE 1.5.2.3.0, e dá outras providências.
- **São Paulo** – Decreto nº 68.805, de **24 de agosto de 2024** - Declara situação de emergência nas áreas que especifica, em razão de incêndios florestais no território estadual.
- **Pará** – Decreto nº 4.151, de **27 de agosto de 2024** - Declara situação de emergência ambiental e decreta a proibição da permissão, autorização e utilização de fogo, inclusive para limpeza e manejo de áreas, em todo o Estado do Pará.
- **Rondônia** – Decreto nº 29.417, de **26 de agosto de 2024** - Declara situação de emergência estadual em virtude de Incêndios Florestais.
- **Goiás** – Decreto nº 10.539, de **29 de agosto de 2024** - Declara situação de emergência nos municípios do Estado de Goiás que especifica, afetados pelo desastre classificado e codificado como “Incêndio Florestal – Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar”, caracterizado pela propagação de fogo sem controle em qualquer tipo de vegetação não localizada em área sob proteção legal, com a consequente queda da qualidade do ar, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE 1.4.1.3.2.
- **Mato Grosso** – Decreto nº 989, de **30 de agosto de 2024** - Decreta situação de emergência no âmbito do Estado de Mato Grosso pelo desastre Incêndio Florestal - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.4.1.3.1 e 1.4.1.3.2.
- **Paraná** – Decreto nº 7.258, de **4 de setembro de 2024** - Declara Situação de Emergência nas áreas dos municípios atingidos por Estiagem - 1.4.1.1.0, de acordo com a Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE.
- **Tocantins** – Decreto nº 6840, de **5 de setembro de 2024** - Declara situação de emergência no âmbito do Estado do Tocantins em decorrência de desastre climatológico classificado como incêndio florestal.

- **Espírito Santo** – Decreto nº 1803-S, de **9 de setembro de 2024** - Declara Situação de Emergência em todo o território estadual afetado por incêndio florestal, conforme legislação aplicada ao tema.
- **Minas Gerais** – Decreto especial nº 665, de **20 de setembro de 2024** - Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Estado de Minas Gerais, em razão da ocorrência de Incêndios Florestais em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4.1.3.2.
- **Amazonas** – Decreto nº 50.349, de **26 de setembro de 2024** - Declara situação de emergência no Estado do Amazonas, nas áreas dos municípios localizados na Região Sul do Amazonas e Região Metropolitana de Manaus, afetados pelo desastre Incêndio Florestal - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.4.1.3.2.

2.60. A realização de registro de preços, de forma centralizada e que possa ser utilizado por diferentes instituições e entes federados, é uma solução eficiente e mais econômica, como se verá por ocasião das justificativas mais à frente, para atender às situações emergenciais que ocorrerão por conta dos diversos incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos vindouros no território nacional.

2.61. Também é necessária a estruturação de uma contratação que permita contratos com prazos que assegurem a o atendimento à demanda por períodos mais longos, por mais que se trate de fornecimento não-contínuo, de modo que os órgãos possam contar com bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais por mais de um exercício, evitando-se a realização anual de licitações, uma vez que os incêndios florestais são recorrentes em todos os períodos de seca no Brasil.

### **Justificativa da Contratação**

2.62. Diante do exposto e com o intuito de mitigar os cenários de calamidade pública e/ou emergenciais que poderão acometer o Brasil, foi apresentada pela Casa Civil, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a necessidade de aquisições de materiais para apoio às ações de prevenção e combate a situações de calamidade pública e emergenciais, além de apoio logístico às demais atividades de campo desenvolvidas pelos entes interessados. A demanda foi então direcionada à Central de Compras (CENTRAL/SEGES/MGI) da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES/MGI), para fins de instrução e realização do processo licitatório.

2.63. A situação exige uma resposta do Poder Público para garantir a segurança dos profissionais envolvidos e minimizar os impactos ambientais e sociais com o atendimento de todos os entes da Federação, na obtenção de bens necessários à resolução da adversidade. O caráter preventivo dessa contratação reside na antecipação e mitigação de riscos associados a desastres naturais e eventos extremos.

2.64. Assim, a aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos, pelo Governo Federal, é uma medida urgente e necessária para enfrentar os desafios ambientais, econômicos e sociais decorrentes desses desastres. A modernização e o fortalecimento da infraestrutura de combate a incêndios não apenas protegerão o patrimônio natural do país, mas também garantirão a segurança e o bem-estar da população, além de contribuir para o cumprimento das metas ambientais nacionais e internacionais.

2.65. A aquisição de equipamentos de combate a incêndios e demais eventos climáticos extremos é uma medida necessária para enfrentar o cenário crítico de queimadas e outras situações de calamidade pública. Esta licitação é imprescindível para permitir que os estados, municípios e o Distrito Federal recebam os equipamentos, garantindo, não somente a segurança das equipes de campo e a eficiência no combate aos incêndios e no salvamento de animais, mas também, para que os materiais estejam disponíveis em um prazo adequado, de forma a reduzir ao mínimo os prejuízos enfrentados anualmente pelos estados. Sem essa medida, as consequências ambientais, econômicas e sociais, incluindo a perda de biodiversidade, de vidas humanas e de patrimônio, tendem a se agravar de maneira irreversível.

2.66. Esta contratação objetiva apoiar as ações federais, estaduais, municipais e distritais, das mais diversas entidades da Administração Pública, para fins de aquisição de equipamentos. Essa ação se justifica, uma vez que as atividades de campo, desempenhadas com a finalidade de combate a incêndios, são executadas em ambientes naturais adversos e, não raro, por períodos prolongados. Essas operações, em razão de sua natureza, causam intenso desgaste dos equipamentos, ensejando a necessidade de aquisições frequentes, haja vista a dificuldade em proceder todas as manutenções necessárias e recomendáveis.

- 2.67. Portanto, justifica-se plenamente o investimento na aquisição desses equipamentos, visando à proteção do meio ambiente, à redução de danos socioeconômicos e ao fortalecimento da capacidade de resposta do Estado brasileiro, diante de uma das maiores ameaças ao desenvolvimento sustentável.
- 2.68. Dessa forma, considerando a quantidade dos equipamentos pretendidos, a volumetria estimada e ainda o prazo exíguo para a disponibilização dos contratos, a realização de licitações centralizadas mostra-se como estratégia mais adequada, pois é a que permite os ganhos de escala e de escopo necessários ao alcance dos objetivos aqui discutidos. Adicionalmente, a centralização das licitações potencializará também a economia financeira, dada a escala dos itens que compõem o objeto da contratação.
- 2.69. Assim, esta parceria reflete um esforço coordenado e estratégico para minimizar os impactos das queimadas, proteger os ecossistemas ameaçados e garantir a segurança das equipes de campo para o suporte ao combate às queimadas nos estados afetados por incêndios florestais de pequeno e grande magnitudes.
- 2.70. Também no Documento de Formalização da Demanda (DFD) é possível encontrar a justificativa e o objetivo da contratação, além das equipes iniciais de desenvolvimento.
- 2.71. Em distribuição interna de tarefas, procedeu-se à edição da Portaria SEGES-CENTRAL/MGI nº 11079, de 8 de dezembro de 2025 (SEI-MGI nº 56173525), em sua versão atual, para fins de constituir, formalmente, a equipe de planejamento responsável para a aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos.
- 2.72. As **especificações detalhadas dos itens se encontram** em documento anexo ao Termo de Referência.
- 2.73. Conforme consulta ao portal compras.gov.br, **não há publicação de catálogo eletrônico de padronização** para o objeto em questão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
MGI/SEGES/Central de Compras	Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. **As especificações detalhadas dos itens**, que se encontram em documento anexo ao Termo de Referência, foram definidas com base em documentos e referenciais técnicos utilizados em processos de aquisição anteriores, realizados por diversos órgãos, e contou com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Essas referências foram adotadas por já contemplarem requisitos compatíveis com as necessidades operacionais e padrões de qualidade exigidos para os itens descritos, garantindo, assim, a uniformidade das informações, a conformidade com práticas administrativas reconhecidas e a otimização do processo de aquisição. Cada item foi detalhado de forma a manter a clareza nas especificações técnicas, possibilitando uma análise objetiva e transparente.
- 4.2. Essa abordagem contribui para a padronização de demandas recorrentes, promove maior segurança na elaboração dos documentos e assegura o alinhamento com as experiências anteriores da Administração Pública em aquisições semelhantes.

Da Qualificação Técnica

- 4.3. A comprovação de qualificação técnica dá oportunidade para que o licitante possa demonstrar, de forma inequívoca, que possui as condições necessárias para cumprir o acordo a ser firmado com a Administração Pública. Isto, porque é através dessa comprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem objeto em sua totalidade, pois isso implica na constatação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, já participou anteriormente de contrato, cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada.

4.4. No caso concreto, considerando o estabelecimento de requisitos de sustentabilidade ambiental sobre os equipamentos a serem fornecidos, e não em relação à experiência técnica da licitante, entende-se que a questão tem relação com aceitabilidade da proposta (produtos a serem adquiridos), e não com habilitação.

4.5. Por outro lado, aproveita-se a linha de raciocínio contida na Súmula TCU n.º 272 (“No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato”), para fins de determinar que, durante o certame, a licitante apresente, com sua proposta, a declaração de que atende aos requisitos de sustentabilidade especificados no edital e anexos, reservando-se à equipe de fiscalização da futura contratante a adoção das providências cabíveis para aferição das características dos bens, previamente à assinatura contratual ou ao aceite da nota de empenho, conforme o caso.

4.6. A exigência de certificações internacionais de gestão da qualidade e de gestão ambiental para determinados equipamentos previstos nesta contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar que os bens fornecidos atendam a padrões reconhecidos de qualidade, confiabilidade, segurança operacional e responsabilidade ambiental ao longo de seu ciclo de vida.

4.7. Por sua vez, a Equipe de Planejamento da Contratação avaliou a possibilidade de exigir certificações específicas de qualidade, gestão ambiental ou sustentabilidade para todos os itens objeto da presente contratação. Contudo, após análise do mercado fornecedor e das características dos produtos a serem adquiridos, concluiu-se que tal exigência não seria adequada nem proporcional para a totalidade dos itens.

4.8. Os bens contemplados nesta contratação apresentam elevado grau de diversidade tecnológica, funcional e de origem, abrangendo equipamentos, acessórios e materiais produzidos por fabricantes nacionais e internacionais. Nesse contexto, verificou-se a inexistência de padronização setorial quanto às certificações adotadas pelos fabricantes, sendo comum que produtos equivalentes possuam diferentes certificações, emitidas por organismos distintos e reconhecidas em diferentes mercados e países. Adicionalmente, parcela significativa dos itens é fabricada no exterior e comercializada no Brasil por distribuidores, representantes ou revendedores autorizados. Nesses casos, a exigência de certificações específicas pode criar barreiras artificiais à participação de fornecedores aptos a atender às necessidades da Administração, sem que isso represente ganho efetivo de qualidade, desempenho ou sustentabilidade do objeto contratado.

4.9. A imposição indiscriminada de certificações determinadas também poderia restringir a competitividade do certame, em afronta ao princípio da ampla concorrência previsto na Lei nº 14.133/2021. Dependendo do item, tal exigência poderia reduzir significativamente o universo de potenciais fornecedores, aumentar os custos da contratação e, em situações extremas, resultar em licitação deserta ou fracassada, especialmente em segmentos especializados nos quais a cadeia de distribuição nacional é composta predominantemente por revendedores de produtos importados. Por essa razão, optou-se por exigir certificações específicas apenas nos casos em que a Equipe de Planejamento identificou justificativa técnica objetiva relacionada à segurança, à confiabilidade operacional, ao desempenho do equipamento ou à mitigação de riscos inerentes ao seu uso. Nos demais casos, a avaliação da conformidade será realizada por meio das especificações técnicas do objeto, da comprovação de atendimento às normas aplicáveis e da documentação exigida no processo licitatório.

4.10. Ressalta-se, ainda, que a não exigência de certificações específicas para todos os itens não implica renúncia aos objetivos de sustentabilidade da contratação. Nesse sentido, todos os licitantes deverão apresentar **Declaração de Sustentabilidade** prevista no edital e seus anexos, comprometendo-se com o cumprimento das exigências ambientais, de logística reversa, de destinação adequada de resíduos, de utilização de materiais ambientalmente adequados e das demais obrigações estabelecidas pela Administração, sem prejuízo da fiscalização contratual quanto ao efetivo cumprimento desses compromissos.

4.11. Para os demais itens, é imprescindível haver essa constatação prévia, devido à abrangência da contratação e seu impacto na Administração Pública.

4.12 Em que pese a Lei nº 14.133/2021 não prever expressamente a possibilidade de solicitação de atestados de capacidade técnica para licitações que tenham por objeto o fornecimento de itens, entende-se que, para o presente caso, tal exigência é plenamente cabível, conforme segue:

4.12.1. Em regra, o mecanismo de controle para o sucesso de licitações para a aquisição de bens é o recebimento, mitigando-se eventuais riscos a partir da entrega dos itens em conformidade com as especificações técnicas.

4.12.2. Em casos excepcionais, não é suficiente a demonstração da qualificação jurídica e econômica da licitante, nem a previsão de penalidades em caso de eventual descumprimento dos termos contratuais.

4.12.3. O volume e a complexidade da aquisição, que prevê o cumprimento de normas de segurança, dentre outros requisitos, permeiam a contratação de riscos adicionais, aptos a justificar a exigência de comprovação de qualificação técnica das licitantes.

4.12.4. No presente procedimento licitatório, os riscos adicionais referem-se às capacidades logísticas do fornecedor, em especial no que atine à aptidão para produção da quantidade necessária de cada um dos itens licitados e ao cumprimento dos prazos de entrega.

4.12.4.1. Visto que há necessidade de entrega em diversas localidades do território nacional, com prazos e condições específicas, é fundamental que o fornecedor tenha capacidade de operação logística.

4.12.4.2. Devido à natureza da licitação, objetivando o combate a incêndios florestais e demais situações de calamidade, o não respeito aos prazos de entrega será considerado penalidade grave.

4.12.5. Os riscos em questão sugerem tratamento mais rigoroso na seleção do fornecedor, de maneira que os atestados exigidos constituem ferramentas de mitigação da possibilidade de ocorrência de atrasos no cumprimento do objeto.

4.12.6. A obrigação, entretanto, não é mera formalidade e está sempre subordinada a uma utilidade real, ou seja, deve ser a mínima exigência capaz de assegurar, com algum grau de confiança, que a empresa contratada será capaz de fornecer os bens adquiridos. Em consequência, a documentação a ser fornecida deve guardar relação com o objeto pretendido, no sentido de que aquisições mais simples demandarão menos comprovações e, contrário sensu, as mais complexas, exigirão mais salvaguardas.

4.12.7. A Administração Pública pode exigir, como condição de habilitação, comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A exigência de atestado de capacidade técnica tem por finalidade assegurar que o licitante possui experiência prévia e condições operacionais suficientes para cumprir com o contrato, reduzindo riscos de inadimplemento.

4.12.8. Nesse contexto, o percentual de 10% do quantitativo total previsto no Termo de Referência foi estabelecido como parâmetro objetivo e proporcional, com o intuito de garantir que a empresa classificada possua capacidade comprovada para fornecer, ao menos, parte significativa dos itens licitados, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

4.12.9. O percentual de 10% permite aferir, de forma segura, que a empresa possui experiência prática em fornecimentos de porte compatível ao escopo da contratação pretendida, sem representar barreira excessiva à participação de fornecedores de menor porte.

4.12.10. Importa destacar que tal exigência está em conformidade com o princípio da razoabilidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não se exige experiência em fornecimento integral do quantitativo licitado, mas apenas a fração suficiente para demonstrar capacidade de atendimento às demandas da Administração Pública.

4.12.11. Por fim, a definição do percentual se alinha ao disposto no §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que orienta que a exigência de comprovação de aptidão deve ser proporcional à complexidade do objeto da contratação, o que no presente caso, se refere a equipamentos de segurança, cuja entrega, logística e controle de qualidade exigem experiência prévia específica e significativa.

4.12.12. As exigências de qualificação técnica constantes neste estudo constituem critérios objetivos e tecnicamente justificados, não se caracterizando como restritivos ou exorbitantes, sendo fundamentadas na necessidade de assegurar a adequada execução do objeto contratual e como providências compatíveis com a

natureza e a complexidade do objeto, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ao interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. Assim, para efeito de qualificação técnica, a licitante deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional para a execução do objeto, por meio de comprovação de prestação bem-sucedida de fornecimento de bens, com características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante o que se segue:

4.13.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de materiais similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, pela apresentação de certidões, atestados ou certificações emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.13.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.13.2.1. Comprovação de fornecimento de pelo menos 10% (dez por cento) da quantidade estimada para cada item licitado, dos itens 1 a 15, 21 a 41, 48 a 64, 66 a 72.

4.13.2.2. Para os Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 será exigida a comprovação do fornecimento de 10% do quantitativo total previsto para o item de maior relevância do grupo (ou equipamento equivalente), a saber:

**Grupo 1** - Item 73 - Equipamento Autônomo de Proteção Respiratória (EAPR);

**Grupo 2** - Item 76 - Motosserra (médio porte);

**Grupo 3** - Item 80 - Motopodador;

**Grupo 4** - Item 43 - Serra Sabre à Bateria;

**Grupo 5** - Item 44 - Cortador a Disco à Bateria (esmerilhadeira);

**Grupo 6** - Item 45 - Chave de Impacto (tipo pistola à bateria);

**Grupo 7** - Item 47 - Cortador a Disco à Combustão.

4.13.3. Conter itens semelhantes ao ofertado, ou seja, de mesma linha básica de produção e/ou fornecimento.

4.13.4. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, as certificações, laudos, registros ou demais documentos comprobatórios exigidos para cada item, quando aplicável, em conformidade com as especificações constantes do **Anexo III** deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta para o respectivo item.

4.13.5. O licitante deverá apresentar documentos que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

4.14. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.15. O posicionamento aqui explanado encontra guarida no art. 67, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e na Súmula TCU n.º 263, que estatuem a regra de que a experiência da Licitante se dá em face de serviços similares ou de características semelhantes.

4.16. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.17. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, tais como catálogos, folhetos ou notas fiscais.

## Habilitações fiscal, social e trabalhista

- 4.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 4.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 4.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação econômico-financeira

- 4.26. A Lei de Licitações faculta à administração exigir, em alternativa aos índices mínimos de liquidez, a comprovação de capital social ou de patrimônio líquido mínimo:

*Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: (...)*

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

- 4.27. A exigência da comprovada e adequada qualificação econômico-financeira da licitante para a execução do objeto protege o interesse público, minimizando o risco de uma empresa sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto ser habilitada para a participação de licitação e ser contratada e, sendo incapaz de executar a avença, a administração não obter o objeto contratado, em decorrência de descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e/ou no contrato.
- 4.28. O patrimônio líquido é o valor contábil que representa a diferença entre ativo e passivo no balanço patrimonial de uma empresa. Em síntese, o patrimônio líquido nada mais é do que o valor contábil que sócios e/ou acionistas têm na empresa em um determinado momento, é o valor disponível para fazer a sociedade girar. Ele é um indicador da saúde financeira real e atual da empresa. Por sua vez, o capital social é parte do patrimônio líquido e representa os valores recebidos pela sociedade, dos sócios.
- 4.29. Na lição de José Edwaldo Tavares Borba:

Verifica-se, por conseguinte, que o capital é um valor formal e estático, enquanto o patrimônio é real e dinâmico. O capital não se modifica no dia a dia da empresa - a realidade não o afeta, pois se trata de uma cifra contábil. O patrimônio encontra-se sujeito ao sucesso ou insucesso da sociedade, crescendo na medida em que esta realize operação lucrativa, e reduzindo-se com os prejuízos que se forem acumulando. O patrimônio inicial da sociedade corresponde a mais ou menos o capital. Iniciadas as atividades sociais, o patrimônio líquido tende a exceder o capital, se a sociedade acumular lucros, e a inferiorizar-se, na hipótese de prejuízos.

4.30. Como se vê, o patrimônio líquido melhor representa a realidade econômico-financeira da empresa.

4.31. No mesmo sentido, traz-se trecho das NOTAS SOBRE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA LEI Nº 14.133/2021 [SEI-MGI nº 33097742], de autoria de Marcelo Lins e Silva e George Pierre de Lima Souza, publicadas no Blog da Zênite Consultoria:

*A Lei nº 14.133/2021, vale frisar, continua delimitando os casos em que pode ser solicitado o capital social ou patrimônio líquido (PL). E, no caso da compra de bens, diferentemente de obras ou execução de serviços, o capital social ou PL só deve ser solicitado quando houver previsão de entrega futura. Ou seja, só há obrigação de exigir essa prova de qualificação econômico-financeira no caso de aquisição de bens nas compras para entrega futura.*

*Ressaltamos para aqueles que optam pela exigência do capital social, que ele se trata mais de figura jurídica do que propriamente econômica ao ser registrada no balanço, especificamente no grupo 4 de 8 denominado patrimônio líquido. Todavia, não necessariamente se utiliza do balanço para saber seu valor, pois a leitura do contrato social já traz essa definição. No patrimônio líquido, o capital social é uma conta, que poderá ser somada a outros valores, como exemplo mais simples, ao lucro do exercício, ou diminuída dos prejuízos. Nesse raciocínio, a exigência de patrimônio líquido demonstra mais claramente a real situação econômica de uma empresa, pois existem casos de capital social elevado, mas com atividade econômica em que as perdas superam as receitas, gerando um patrimônio líquido negativo, ou passivo a descoberto.*

4.32. No que se refere ao estabelecimento do percentual de comprovação de patrimônio líquido (PL), embora seja permitido exigir até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, foi realizado estudo para definição dos percentuais, conforme disposto a seguir:

4.32.1 Para realização dos cálculos, foram criadas 5 faixas de itens/grupos de acordo com os respectivos valores estimados:

- **FAIXA 1** - Até R\$ 1.000.000,00 [Itens: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62; e Grupos 5 e 6];
- **FAIXA 2** - De R\$ 1.000.000,01 até R\$ 5.000.000,00 [Itens: 4, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 48, 51, 60, 61, 64, 66, 68, 69; Grupos 2, 3, 4 e 7];
- **FAIXA 3** - De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 15.000.000,00 [Itens: 5, 41, 63 e 70];
- **FAIXA 4** - De R\$ 15.000.000,01 até R\$ 30.000.000,00 [Itens: 67, 71, 72];
- **FAIXA 5** - Acima de R\$ 30.000.000,01 [Grupo: 1].

#### FAIXA 1

4.32.2 Foi realizada uma análise comparativa entre os valores de patrimônio líquido das empresas consultadas (obtidos por meio do SICAF) e o valor parâmetro de R\$ 928.914,48 (novecentos e vinte e oito mil novecentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos), correspondente ao maior valor estimado da Faixa 1 (Quadro 1).

Quadro 1 - Patrimônio Líquido em relação a FAIXA 1

Nº	CNPJ	ANO BP	PL	%PL SOBRE A CONTRATAÇÃO
				(em relação ao valor de R\$)
1	09. xxx.xxx/0001-01	2024	R\$ 20.000,00	2,15%



2	41. xxx.xxx/0001-77	2024	R\$ 589.731,35	63,49%
3	43. xxx.xxx/0001-26	2024	R\$ 65.407.524,00	7041,29%
4	41. xxx.xxx/0001-95	2024	R\$ 50.564,27	5,44%
5	53. xxx.xxx /0001-89	2024	R\$ 405.242,65	43,63%
6	27. xxx.xxx /0001-67	2024	R\$ 914.913,20	98,49%
7	18. xxx.xxx /0001-92	2024	R\$ 1.941.867,41	209,05%
8	45. xxx.xxx /0001-30	2024	R\$ 139.019.678,41	14965,82%
9	32. xxx.xxx /0001-50	2024	R\$ 6.667.683,99	717,79%
10	24. xxx.xxx 3/0001-89	2023	R\$ 3.083.318,17	331,93%
11	07 xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 67.431.291,81	7259,15%
12	19. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 2.535.744,19	272,98%
13	18. xxx.xxx /0001-38	2020	R\$ 15.910.167,00	1712,77%
14	45 xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 1.219.264.886,70	131256,96%
15	94. xxx.xxx /0001-05	2021	R\$ 15.199.309,98	1636,24%
16	49. xxx.xxx /0001-55	2024	-R\$ 27.793,13	-2,99%
17	46. xxx.xxx /0001-41	2024	R\$ 117.294,18	12,63%
18	12. xxx.xxx /0001-13	2022	R\$ 576.259,09	62,04%
19	26. xxx.xxx /0001-15	2024	R\$ 508.854,59	54,78%
20	23. xxx.xxx /0001-00	2024	R\$ 173.302,32	18,66%
21	56. xxx.xxx /0001-06	2024	R\$ 4.324.196,34	465,51%
22	29. xxx.xxx /0001-20	2024	R\$ 166.854,16	17,96%
23	30 xxx.xxx /0001-82	2024	R\$ 305.516,64	32,89%

24	20 xxx.xxx /0001-68	2024	R\$ 36.009,55	3,88%
25	71. xxx.xxx /0001-19	2020	R\$ 7.148.668,45	769,57%
26	66. xxx.xxx /0001-66	2023	R\$ 728.587,42	78,43%
27	23. xxx.xxx /0001-81	2024	R\$ 1.815.953,11	195,49%
28	05. xxx.xxx /0001-56	2024	R\$ 5.080.281,26	546,91%
29	33. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 619.915,90	66,74%
30	72. xxx.xxx /0001-88	2023	R\$ 538.327,35	57,95%
31	29. xxx.xxx /0001-37	2024	R\$ 617.653,36	66,49%
32	52. xxx.xxx /0001-22	2024	R\$ 99.224,97	10,68%
33	20. xxx.xxx /0001-46	2022	R\$ 12.293,51	1,32%
34	23. xxx.xxx /0001-37	2023	R\$ 5.192.506,97	558,99%
35	23. xxx.xxx /0001-17	2024	R\$ 1.583.841,92	170,50%
36	14. xxx.xxx /0001-30	2020	R\$ 1.756.268,67	189,07%
37	36. xxx.xxx /0001-40	2021	R\$ 121.160,05	13,04%
38	38. xxx.xxx /0001-12	2023	R\$ 11.064.972,43	1191,17%
39	39. xxx.xxx /0001-06	2021	R\$ 768.404,41	82,72%
40	54. xxx.xxx /0001-04	2024	R\$ 463.812,99	49,93%
41	37. xxx.xxx /0001-40	2023	R\$ 368.915,88	39,71%
42	26. xxx.xxx /0001-71	2024	R\$ 1.567.028,84	168,69%
43	36. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	43,52%
44	05. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 10.552.716,93	1136,03%
45	17. xxx.xxx /0001-97	2022	R\$ 332.030,18	35,74%
46	51. xxx.xxx /0001-40	2024	R\$ 1.813.733,56	195,25%

47	02. xxx.xxx /0001-64	2024	R\$ 1.006.582.199,00	108361,13%
----	----------------------	------	----------------------	------------

Fonte: SICAF/Portal de Compras

4.32.2.1 Em relação ao valor parâmetro de R\$ 928.914,48 (novecentos e vinte e oito mil novecentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos), foi possível concluir que 89,4% (oitenta e nove vírgula quatro por cento), ou seja 42 (quarenta e duas) das 47 (quarenta e sete) empresas pesquisadas apresentam patrimônio líquido superior a **10% (dez por cento)**, conforme quadro acima.

## FAIXA 2

4.32.3 Foi realizada uma análise comparativa entre os valores de patrimônio líquido das empresas consultadas (obtidos por meio do SICAF) e o valor parâmetro de R\$ 4.136.962,50 (quatro milhões, cento e trinta e seis mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) , correspondente ao maior valor estimado da Faixa 2 (Quadro 2).

Quadro 2 - Patrimônio Líquido em relação a FAIXA 2

Nº	CNPJ	ANO BP	PL	%PL SOBRE A CONTRATAÇÃO
				(em relação ao valor de R\$)
1	24. xxx.xxx/0001-43	2023	R\$ 3.084.013,99	74,55%
2	51. xxx.xxx /0006-00	2024	R\$ 393.298.562,91	9506,94%
3	03. xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 34.028.647,62	822,55%
4	46. xxx.xxx /0001-70	2024	R\$ 809.952,97	19,58%
5	14. xxx.xxx /0001-13	2023	R\$ 11.317,67	0,27%
6	46. xxx.xxx /0001-26	2024	R\$ 129.896,15	3,14%
7	21. xxx.xxx /0001-39	2024	R\$ 160.399,64	3,88%
8	59. xxx.xxx /0001-74	2024	R\$ 99.188,99	2,40%
9	13. xxx.xxx /0001-95	2024	R\$ 26.543.969,08	641,63%
10	31. xxx.xxx /0001-80	2023	R\$ 467.267,61	11,29%
11	18. xxx.xxx /0001-28	2024	R\$ 639.029,00	15,45%
12	07. xxx.xxx /0001-25	2024	R\$ 440.242,09	10,64%
13	22. xxx.xxx /0001-38	2019	R\$ 29.915.401,60	723,12%

14	30. xxx.xxx /0001-00	2023	R\$ 596.099,64	14,41%
15	47. xxx.xxx /0001-14	2023	R\$ 100.000,00	2,42%
16	19. xxx.xxx /0001-55	2024	R\$ 2.751.666,25	66,51%
17	55. xxx.xxx /0001-77	2024	R\$ 309.265,43	7,48%
18	52. xxx.xxx /0001-55	2023	R\$ 360.508,02	8,71%
19	52. xxx.xxx /0001-55	2024	R\$ 1.152.729,19	27,86%
20	30. xxx.xxx /0001-20	2023	R\$ 1.152.729,19	27,86%
21	39. xxx.xxx /0001-29	2023	R\$ 747.409,98	18,07%
22	42. xxx.xxx /0001-76	2024	R\$ 130.118,31	3,15%
23	43. xxx.xxx /0001-32	2024	R\$ 2.635.674,98	63,71%
24	26. xxx.xxx /0001-71	2024	R\$ 1.567.028,84	37,88%
25	6. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	9,77%
26	05. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 10.552.716,93	255,08%
27	17. xxx.xxx /0001-97	2022	R\$ 332.030,18	8,03%
28	51. xxx.xxx /0001-40	2024	R\$ 1.813.733,56	43,84%
29	02. xxx.xxx /0001-64	2024	R\$ 1.006.582.199,00	24331,43%
30	09. xxx.xxx /0001-01	2024	R\$ 20.000,00	0,48%
31	41. xxx.xxx /0001-77	2024	R\$ 589.731,35	14,26%
32	43. xxx.xxx /0001-26	2024	R\$ 65.407.524,00	1581,05%
33	41. xxx.xxx /0001-95	2024	R\$ 50.564,27	1,22%
34	53. xxx.xxx /0001-89	2024	R\$ 405.242,65	9,80%
35	27. xxx.xxx /0001-67	2024	R\$ 914.913,20	22,12%
36	18. xxx.xxx /0001-92	2024	R\$ 1.941.867,41	46,94%

37	45. xxx.xxx /0001-30	2024	R\$ 139.019.678,41	3360,43%
38	32. xxx.xxx /0001-50	2024	R\$ 6.667.683,99	161,17%
39	24. xxx.xxx /0001-89	2023	R\$ 3.083.318,17	74,53%
40	07. xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 67.431.291,81	1629,97%
41	19. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 2.535.744,19	61,29%
42	18. xxx.xxx /0001-38	2020	R\$ 15.910.167,00	384,59%
43	45. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 1.219.264.886,70	29472,47%
44	94. xxx.xxx /0001-05	2021	R\$ 15.199.309,98	367,40%
45	49. xxx.xxx /0001-55	2024	-R\$ 27.793,13	-0,67%
46	46. xxx.xxx/0001-41	2024	R\$ 117.294,18	2,84%
47	12. xxx.xxx /0001-13	2022	R\$ 576.259,09	13,93%
48	26. xxx.xxx /0001-15	2024	R\$ 508.854,59	12,30%
49	23. xxx.xxx /0001-00	2024	R\$ 173.302,32	4,19%
50	56. xxx.xxx /0001-06	2024	R\$ 4.324.196,34	104,53%
51	29. xxx.xxx /0001-20	2024	R\$ 166.854,16	4,03%
52	30. xxx.xxx /0001-82	2024	R\$ 305.516,64	7,39%
53	20. xxx.xxx /0001-68	2024	R\$ 36.009,55	0,87%
54	71. xxx.xxx /0001-19	2020	R\$ 7.148.668,45	172,80%
55	66. xxx.xxx /0001-66	2023	R\$ 728.587,42	17,61%
56	23. xxx.xxx /0001-81	2024	R\$ 1.815.953,11	43,90%
57	05. xxx.xxx /0001-56	2024	R\$ 5.080.281,26	122,80%
58	33. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 619.915,90	14,98%

59	72. xxx.xxx /0001-88	2023	R\$ 538.327,35	13,01%
60	29. xxx.xxx /0001-37	2024	R\$ 617.653,36	14,93%
61	52. xxx.xxx /0001-22	2024	R\$ 99.224,97	2,40%
62	23. xxx.xxx /0001-37	2023	R\$ 5.192.506,97	125,51%
63	23. xxx.xxx /0001-17	2024	R\$ 1.583.841,92	38,29%
64	14. xxx.xxx /0001-30	2020	R\$ 1.756.268,67	42,45%
65	36. xxx.xxx /0001-40	2021	R\$ 121.160,05	2,93%
66	38. xxx.xxx /0001-12	2023	R\$ 11.064.972,43	267,47%
67	20. xxx.xxx /0001-46	2021	R\$ 12.293,51	0,30%
68	39. xxx.xxx /0001-06	2021	R\$ 768.404,41	18,57%
69	54. xxx.xxx /0001-04	2024	R\$ 463.812,99	11,21%
70	37. xxx.xxx /0001-40	2023	R\$ 368.915,88	8,92%
71	36. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	9,77%

Fonte: SICAF/Portal de Compras

4.32.3.1 Em relação ao valor parâmetro de R\$ 4.136.962,50 (quatro milhões, cento e trinta e seis mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), foi possível concluir que 77,5% (setenta e sete vírgula cinco por cento), ou seja 55 (cinquenta e cinco empresas) das 71 (setenta e uma) empresas pesquisadas apresentam patrimônio líquido superior a **5% (cinco por cento)**, conforme quadro acima.

### FAIXA 3

4.32.4 Foi realizada uma análise comparativa entre os valores de patrimônio líquido das empresas consultadas (obtidos por meio do SICAF) e o valor parâmetro de R\$ 10.210.424,00 (dez milhões, duzentos e dez mil quatrocentos e vinte e quatro reais) , correspondente ao maior valor estimado da Faixa 3 (Quadro 3).

Quadro 3 - Patrimônio Líquido em relação a FAIXA 3

Nº	CNPJ	ANO BP	PL	%PL SOBRE A CONTRATAÇÃO (em relação ao valor de R\$ )
1	24.xxx.xxx/0001-43	2023	R\$ 3.084.013,99	30,20%
2	51. xxx.xxx /0006-00	2024	R\$ 393.298.562,91	3851,93%

3	03. xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 34.028.647,62	333,27%
4	46. xxx.xxx /0001-70	2024	R\$ 809.952,97	7,93%
5	14. xxx.xxx /0001-13	2023	R\$ 11.317,67	0,11%
6	46. xxx.xxx /0001-26	2024	R\$ 129.896,15	1,27%
7	21. xxx.xxx /0001-39	2024	R\$ 160.399,64	1,57%
8	59. xxx.xxx /0001-74	2024	R\$ 99.188,99	0,97%
9	13. xxx.xxx /0001-95	2024	R\$ 26.543.969,08	259,97%
10	31. xxx.xxx /0001-80	2023	R\$ 467.267,61	4,58%
11	18. xxx.xxx /0001-28	2024	R\$ 639.029,00	6,26%
12	07. xxx.xxx /0001-25	2024	R\$ 440.242,09	4,31%
13	22. xxx.xxx /0001-38	2019	R\$ 29.915.401,60	292,99%
14	30. xxx.xxx /0001-00	2023	R\$ 596.099,64	5,84%
15	47. xxx.xxx /0001-14	2023	R\$ 100.000,00	0,98%
16	19. xxx.xxx /0001-55	2024	R\$ 2.751.666,25	26,95%
17	55. xxx.xxx /0001-77	2024	R\$ 309.265,43	3,03%
18	52. xxx.xxx /0001-55	2023	R\$ 360.508,02	3,53%
19	52. xxx.xxx /0001-55	2024	R\$ 1.152.729,19	11,29%
20	30. xxx.xxx /0001-20	2023	R\$ 1.152.729,19	11,29%
21	39. xxx.xxx /0001-29	2023	R\$ 747.409,98	7,32%
22	42. xxx.xxx /0001-76	2024	R\$ 130.118,31	1,27%
23	43. xxx.xxx /0001-32	2024	R\$ 2.635.674,98	25,81%
24	26. xxx.xxx /0001-71	2024	R\$ 1.567.028,84	15,35%

25	6. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	3,96%
26	05. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 10.552.716,93	103,35%
27	17. xxx.xxx /0001-97	2022	R\$ 332.030,18	3,25%
28	51. xxx.xxx /0001-40	2024	R\$ 1.813.733,56	17,76%
29	02. xxx.xxx /0001-64	2024	R\$ 1.006.582.199,00	9858,38%
30	09. xxx.xxx /0001-01	2024	R\$ 20.000,00	0,20%
31	41. xxx.xxx /0001-77	2024	R\$ 589.731,35	5,78%
32	43. xxx.xxx /0001-26	2024	R\$ 65.407.524,00	640,60%
33	41. xxx.xxx /0001-95	2024	R\$ 50.564,27	0,50%
34	53. xxx.xxx /0001-89	2024	R\$ 405.242,65	3,97%
35	27. xxx.xxx /0001-67	2024	R\$ 914.913,20	8,96%
36	18. xxx.xxx /0001-92	2024	R\$ 1.941.867,41	19,02%
37	45. xxx.xxx /0001-30	2024	R\$ 139.019.678,41	1361,55%
38	32. xxx.xxx /0001-50	2024	R\$ 6.667.683,99	65,30%
39	24. xxx.xxx /0001-89	2023	R\$ 3.083.318,17	30,20%
40	07. xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 67.431.291,81	660,42%
41	19. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 2.535.744,19	24,83%
42	18. xxx.xxx /0001-38	2020	R\$ 15.910.167,00	155,82%
43	45. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 1.219.264.886,70	11941,37%
44	94. xxx.xxx /0001-05	2021	R\$ 15.199.309,98	148,86%
45	49. xxx.xxx /0001-55	2024	-R\$ 27.793,13	-0,27%
46	46. xxx.xxx/0001-41	2024	R\$ 117.294,18	1,15%
47	12. xxx.xxx /0001-13	2022	R\$ 576.259,09	5,64%



48	26. xxx.xxx /0001-15	2024	R\$ 508.854,59	4,98%
49	23. xxx.xxx /0001-00	2024	R\$ 173.302,32	1,70%
50	56. xxx.xxx /0001-06	2024	R\$ 4.324.196,34	42,35%
51	29. xxx.xxx /0001-20	2024	R\$ 166.854,16	1,63%
52	30. xxx.xxx /0001-82	2024	R\$ 305.516,64	2,99%
53	20. xxx.xxx /0001-68	2024	R\$ 36.009,55	0,35%
54	71. xxx.xxx /0001-19	2020	R\$ 7.148.668,45	70,01%
55	66. xxx.xxx /0001-66	2023	R\$ 728.587,42	7,14%
56	23. xxx.xxx /0001-81	2024	R\$ 1.815.953,11	17,79%
57	05. xxx.xxx /0001-56	2024	R\$ 5.080.281,26	49,76%
58	33. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 619.915,90	6,07%
59	72. xxx.xxx /0001-88	2023	R\$ 538.327,35	5,27%
60	29. xxx.xxx /0001-37	2024	R\$ 617.653,36	6,07%
61	52. xxx.xxx /0001-22	2024	R\$ 99.224,97	0,97%
62	23. xxx.xxx /0001-37	2023	R\$ 5.192.506,97	50,85%
63	23. xxx.xxx /0001-17	2024	R\$ 1.583.841,92	15,51%
64	14. xxx.xxx /0001-30	2020	R\$ 1.756.268,67	17,20%
65	36. xxx.xxx /0001-40	2021	R\$ 121.160,05	1,19%
66	38. xxx.xxx /0001-12	2023	R\$ 11.064.972,43	108,37%
67	20. xxx.xxx /0001-46	2021	R\$ 12.293,51	0,12%
68	39. xxx.xxx /0001-06	2021	R\$ 768.404,41	7,53%
69	54. xxx.xxx /0001-04	2024	R\$ 463.812,99	4,54%

70	37. xxx.xxx /0001-40	2023	R\$ 368.915,88	3,61%
71	36. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	3,96%

Fonte: SICAF/Portal de Compras

4.32.4.1 Em relação ao valor parâmetro de R\$ 10.210.424,00 (dez milhões, duzentos e dez mil quatrocentos e vinte e quatro reais), foi possível concluir que 76,1% (setenta e seis vírgula um por cento), ou seja 54 (cinquenta e quatro empresas) das 71 (setenta e uma) empresas pesquisadas apresentam patrimônio líquido superior a **3% (três por cento)**, conforme quadro acima.

#### FAIXA 4

4.32.5 Foi realizada uma análise comparativa entre os valores de patrimônio líquido das empresas consultadas (obtidos por meio do SICAF) e o valor parâmetro de R\$ 20.022.580,43 (vinte milhões, vinte e dois mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e três centavos) , correspondente ao maior valor estimado da Faixa 4 (Quadro 4).

Quadro 4 - Patrimônio Líquido em relação a FAIXA 4

Nº	CNPJ	ANO BP	PL	%PL SOBRE A CONTRATAÇÃO (em relação ao valor de R\$ )
1	24.xxx.xxx/0001-43	2023	R\$ 3.084.013,99	15,40%
2	51. xxx.xxx /0006-00	2024	R\$ 393.298.562,91	1964,28%
3	03. xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 34.028.647,62	169,95%
4	46. xxx.xxx /0001-70	2024	R\$ 809.952,97	4,05%
5	14. xxx.xxx /0001-13	2023	R\$ 11.317,67	0,06%
6	46. xxx.xxx /0001-26	2024	R\$ 129.896,15	0,65%
7	21. xxx.xxx /0001-39	2024	R\$ 160.399,64	0,80%
8	59. xxx.xxx /0001-74	2024	R\$ 99.188,99	0,50%
9	13. xxx.xxx /0001-95	2024	R\$ 26.543.969,08	132,57%
10	31. xxx.xxx /0001-80	2023	R\$ 467.267,61	2,33%
11	18. xxx.xxx /0001-28	2024	R\$ 639.029,00	3,19%
12	07. xxx.xxx /0001-25	2024	R\$ 440.242,09	2,20%
13	22. xxx.xxx /0001-38	2019	R\$ 29.915.401,60	149,41%

14	30. xxx.xxx /0001-00	2023	R\$ 596.099,64	2,98%
15	47. xxx.xxx /0001-14	2023	R\$ 100.000,00	0,50%
16	19. xxx.xxx /0001-55	2024	R\$ 2.751.666,25	13,74%
17	55. xxx.xxx /0001-77	2024	R\$ 309.265,43	1,54%
18	52. xxx.xxx /0001-55	2023	R\$ 360.508,02	1,80%
19	52. xxx.xxx /0001-55	2024	R\$ 1.152.729,19	5,76%
20	30. xxx.xxx /0001-20	2023	R\$ 1.152.729,19	5,76%
21	39. xxx.xxx /0001-29	2023	R\$ 747.409,98	3,73%
22	42. xxx.xxx /0001-76	2024	R\$ 130.118,31	0,65%
23	43. xxx.xxx /0001-32	2024	R\$ 2.635.674,98	13,16%
24	26. xxx.xxx /0001-71	2024	R\$ 1.567.028,84	7,83%
25	6. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	2,02%
26	05. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 10.552.716,93	52,70%
27	17. xxx.xxx /0001-97	2022	R\$ 332.030,18	1,66%
28	51. xxx.xxx /0001-40	2024	R\$ 1.813.733,56	9,06%
29	02. xxx.xxx /0001-64	2024	R\$ 1.006.582.199,00	5027,24%
30	09. xxx.xxx /0001-01	2024	R\$ 20.000,00	0,10%
31	41. xxx.xxx /0001-77	2024	R\$ 589.731,35	2,95%
32	43. xxx.xxx /0001-26	2024	R\$ 65.407.524,00	326,67%
33	41. xxx.xxx /0001-95	2024	R\$ 50.564,27	0,25%
34	53. xxx.xxx /0001-89	2024	R\$ 405.242,65	2,02%
35	27. xxx.xxx /0001-67	2024	R\$ 914.913,20	4,57%

36	18. xxx.xxx /0001-92	2024	R\$ 1.941.867,41	9,70%
37	45. xxx.xxx /0001-30	2024	R\$ 139.019.678,41	694,31%
38	32. xxx.xxx /0001-50	2024	R\$ 6.667.683,99	33,30%
39	24. xxx.xxx /0001-89	2023	R\$ 3.083.318,17	15,40%
40	07. xxx.xxx /0001-07	2024	R\$ 67.431.291,81	336,78%
41	19. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 2.535.744,19	12,66%
42	18. xxx.xxx /0001-38	2020	R\$ 15.910.167,00	79,46%
43	45. xxx.xxx /0001-08	2024	R\$ 1.219.264.886,70	6089,45%
44	94. xxx.xxx /0001-05	2021	R\$ 15.199.309,98	75,91%
45	49. xxx.xxx /0001-55	2024	-R\$ 27.793,13	-0,14%
46	46. xxx.xxx/0001-41	2024	R\$ 117.294,18	0,59%
47	12. xxx.xxx /0001-13	2022	R\$ 576.259,09	2,88%
48	26. xxx.xxx /0001-15	2024	R\$ 508.854,59	2,54%
49	23. xxx.xxx /0001-00	2024	R\$ 173.302,32	0,87%
50	56. xxx.xxx /0001-06	2024	R\$ 4.324.196,34	21,60%
51	29. xxx.xxx /0001-20	2024	R\$ 166.854,16	0,83%
52	30. xxx.xxx /0001-82	2024	R\$ 305.516,64	1,53%
53	20. xxx.xxx /0001-68	2024	R\$ 36.009,55	0,18%
54	71. xxx.xxx /0001-19	2020	R\$ 7.148.668,45	35,70%
55	66. xxx.xxx /0001-66	2023	R\$ 728.587,42	3,64%
56	23. xxx.xxx /0001-81	2024	R\$ 1.815.953,11	9,07%
57	05. xxx.xxx /0001-56	2024	R\$ 5.080.281,26	25,37%
58	33. xxx.xxx /0001-36	2024	R\$ 619.915,90	3,10%

59	72. xxx.xxx /0001-88	2023	R\$ 538.327,35	2,69%
60	29. xxx.xxx /0001-37	2024	R\$ 617.653,36	3,08%
61	52. xxx.xxx /0001-22	2024	R\$ 99.224,97	0,50%
62	23. xxx.xxx /0001-37	2023	R\$ 5.192.506,97	25,93%
63	23. xxx.xxx /0001-17	2024	R\$ 1.583.841,92	7,91%
64	14. xxx.xxx /0001-30	2020	R\$ 1.756.268,67	8,77%
65	36. xxx.xxx /0001-40	2021	R\$ 121.160,05	0,61%
66	38. xxx.xxx /0001-12	2023	R\$ 11.064.972,43	55,26%
67	20. xxx.xxx /0001-46	2021	R\$ 12.293,51	0,06%
68	39. xxx.xxx /0001-06	2021	R\$ 768.404,41	3,84%
69	54. xxx.xxx /0001-04	2024	R\$ 463.812,99	2,32%
70	37. xxx.xxx /0001-40	2023	R\$ 368.915,88	1,84%
71	36. xxx.xxx /0001-38	2023	R\$ 404.287,78	2,02%

Fonte: SICAF/Portal de Compras

4.32.5.1 Em relação ao valor parâmetro de R\$ 20.022.580,43 (vinte milhões, vinte e dois mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e três centavos), foi possível concluir que 77,46% (sessenta e sete vírgula quarenta e seis por cento), ou seja 55 (cinquenta e cinco) das 71 (setenta e uma) empresas pesquisadas apresentam patrimônio líquido superior a **1,5% (um e meio por cento)**, conforme quadro acima.

## FAIXA 5

4.32.6 Foi realizada uma análise comparativa entre os valores de patrimônio líquido das empresas consultadas (obtidos por meio do SICAF) e o valor parâmetro de R\$ 46.238.089,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil oitenta e nove reais), correspondente ao maior valor estimado da Faixa 5 (Quadro 5).

Quadro 5 - Patrimônio Líquido em relação a FAIXA 5

Nº	CNPJ	ANO BP	PL	%PL SOBRE A CONTRATAÇÃO
				(em relação ao valor de R\$)
1	09. xxx.xxx/0001-01	2024	R\$ 20.000,00	0,04%
2	41. xxx.xxx0001-77	2024	R\$ 589.731,35	1,28%

3	43. xxx.xxx/0001-26	2024	R\$ 65.407.524,00	141,46%
4	41. xxx.xxx/0001-95	2024	R\$ 50.564,27	0,11%
5	53. xxx.xxx/0001-89	2024	R\$ 405.242,65	0,88%
6	27. xxx.xxx/0001-67	2024	R\$ 914.913,20	1,98%
7	18. xxx.xxx/0001-92	2024	R\$ 1.941.867,41	4,20%
8	45. xxx.xxx/0001-30	2024	R\$ 139.019.678,41	300,66%
9	32.xxx.xxx/0001-50	2024	R\$ 6.667.683,99	14,42%
10	24. xxx.xxx/0001-89	2023	R\$ 3.083.318,17	6,67%
11	07. xxx.xxx/0001-07	2024	R\$ 67.431.291,81	145,83%
12	19. xxx.xxx/0001-08	2024	R\$ 2.535.744,19	5,48%
13	18. xxx.xxx/0001-38	2020	R\$ 15.910.167,00	34,41%
14	45. xxx.xxx/0001-08	2024	R\$ 1.219.264.886,70	2636,93%
15	94. xxx.xxx/0001-05	2021	R\$ 15.199.309,98	32,87%
16	49. xxx.xxx/0001-55	2024	-R\$ 27.793,13	-0,06%
17	46. xxx.xxx/0001-41	2024	R\$ 117.294,18	0,25%
18	12. xxx.xxx/0001-13	2022	R\$ 576.259,09	1,25%
19	26. xxx.xxx/0001-15	2024	R\$ 508.854,59	1,10%
20	23. xxx.xxx/0001-00	2024	R\$ 173.302,32	0,37%
21	56. xxx.xxx/0001-06	2024	R\$ 4.324.196,34	9,35%
22	29. xxx.xxx/0001-20	2024	R\$ 166.854,16	0,36%
23	30. xxx.xxx/0001-82	2024	R\$ 305.516,64	0,66%
24	20. xxx.xxx/0001-68	2024	R\$ 36.009,55	0,08%

25	71. xxx.xxx/0001-19	2020	R\$ 7.148.668,45	15,46%
26	66. xxx.xxx/0001-66	2023	R\$ 728.587,42	1,58%
27	23. xxx.xxx/0001-81	2024	R\$ 1.815.953,11	3,93%
28	05. xxx.xxx/0001-56	2024	R\$ 5.080.281,26	10,99%
29	33. xxx.xxx/0001-36	2024	R\$ 619.915,90	1,34%
30	72. xxx.xxx/0001-88	2023	R\$ 538.327,35	1,16%
31	29. xxx.xxx/0001-37	2024	R\$ 617.653,36	1,34%

Fonte: SICAF/Portal de Compras

4.32.6.1 Em relação ao valor parâmetro de R\$ 46.238.089,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil oitenta e nove reais), foi possível concluir que 71% (setenta e um por cento), ou seja 22 (vinte e duas) das 31 (trinta e uma) empresas pesquisadas apresentam patrimônio líquido superior a 1% (um por cento), conforme quadro acima.

4.32.7 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, do valor total estimado de cada grupo/item.

4.32.8 Conclui-se, desta forma, que para a análise da qualificação econômico-financeira dos licitantes que apresentem resultado, em qualquer dos indicadores econômicos (índices) exigidos no edital, inferior ou igual a 1 (um), são razoáveis e proporcionais os percentuais de, no mínimo:

a) **10% (dez por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os itens da **FAIXA 1 (Itens: 26, 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62; e Grupos 5 e 6);**

a.1) Itens da Faixa 1 dispensados da comprovação (entrega imediata): Itens: **1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15.**

a.2) **11% (onze por cento)** no caso de consórcio para os itens da **FAIXA 1 (Itens: 26, 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62; e Grupos 5 e 6);**

b) **5% (cinco por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os itens e grupos da **FAIXA 2 (Itens: 25, 28, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 48, 51, 60, 61, 64, 66, 68, 69; Grupos 2, 3, 4 e 7);**

b.1) Itens da Faixa 2 dispensados da comprovação (entrega imediata): **Itens: 4, 9, 10, 21, 22, 23 e 24.**

b.2) **5,5% (cinco vírgula cinco por cento)** no caso de consórcio para os itens e grupos da **FAIXA 2 (Itens: 25, 28, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 48, 51, 60, 61, 64, 66, 68, 69; Grupos 2, 3, 4 e 7);**

c) **3% (três por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os itens da **FAIXA 3 (Itens: 41, 63 e 70);**

c.1) Itens da Faixa 3 dispensados da comprovação (entrega imediata): **5.**

c.2) **3,3% (três vírgula três por cento)** no caso de consórcio para os itens da **FAIXA 3 (Itens: 41, 63 e 70);**

d) **1,5% (um e meio por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para os itens da **FAIXA 4 (Itens: 67, 71, 72)**;

d.1) **1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento)** no caso de consórcio para os itens da **FAIXA 4 (Itens: 67, 71, 72)**;

e) **1% (um por cento)** para o patrimônio líquido a ser exigido em relação ao valor estimado para o grupo da **FAIXA 5 (Grupo: 1)**; e

e.1) **1,1% (um vírgula um por cento)** no caso de consórcio para o grupo da **FAIXA 5 (Grupo: 1)**.

4.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir o demonstrativo contábil pelo balanço de abertura.

4.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.35. Por se tratar de entrega imediata, **para os itens 1 a 15 e itens 21 a 24**, o licitante ficará dispensado de comprovar a qualificação econômico-financeira, com base no art. 70 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser: III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).*

## **Participação de Cooperativas**

4.36. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, conforme regra do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*

*I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*

*II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*

*III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*

*IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

4.37. A permissão para que cooperativas concorram em certames públicos representa o reconhecimento de sua capacidade jurídica e econômica para prestar serviços ou fornecer bens à Administração Pública, desde que atendidos os requisitos legais.

4.38. Com a finalidade de assegurar, na licitação, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo tratamento isonômico entre os licitantes, consideram-se as sociedades cooperativas, na condição de pessoas jurídicas regularmente constituídas, com legitimidade para participar das licitações públicas, desde que demonstrem capacidade técnica e econômica compatível com o objeto licitado.

4.39. Segundo a 5ª Edição do Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União, de 2024, a Instrução Normativa Seges/MP nº 5/2017, em seus arts. 10, 11 e 13, ainda que publicada sob o regime da Lei nº 8.666/1993, teve a sua aplicação autorizada para a Lei nº 14.133/2021 pela Instrução Normativa Seges/ME nº 98/2022. Na Instrução Normativa Seges/MP nº 5/2017. Nela, a orientação para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo é:



- a. a contratação de sociedades cooperativas somente ocorra quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;
- b. na contratação de cooperativa, a Administração verifique os atos constitutivos, analisando a regularidade formal e as regras internas de funcionamento, para evitar eventual desvirtuação ou fraude;
- c. não seja admitida a contratação de cooperativa cujo estatuto e objetos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado;
- d. seja exigida a execução do serviço obrigatoriamente pelos cooperados, sem qualquer intermediação ou subcontratação; e
- e. seja solicitado à cooperativa um modelo de gestão operacional para execução do serviço de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

4.40. Assim, permitir a participação de cooperativas em processos licitatórios, desde que cumpridos os requisitos legais e observadas as orientações dos órgãos de controle, contribui para ampliar a concorrência, fomentar o associativismo produtivo e possibilitar a inclusão econômica de grupos organizados sob forma cooperativa. Tal medida está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na legislação vigente.

4.41. Serão estendidas às sociedades cooperativas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que as receitas brutas dessas sociedades, auferidas no ano-calendário anterior, estejam dentro do valor limite de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 1º do Decreto nº 8.538/2015, redação dada pelo Decreto nº 10.273/2020).

## **Dos Consórcios**

4.42. Será permitida a participação de empresas em consórcio.

4.43. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 15, estabelece expressamente que consórcios de empresas podem participar de processos licitatórios, desde que sejam observados os requisitos legais. A formação de consórcio é uma alternativa válida para empresas que, individualmente, não possuam todas as condições técnicas, financeiras e/ou logísticas para fornecer o objeto da licitação de maneira eficiente, especialmente em contextos complexos como o de calamidades públicas e emergências.

4.44. A participação de consórcio na licitação para a aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos é plenamente justificável à luz da Lei nº 14.133, de 2021, conforme abaixo detalhado.

4.45. No caso, é possível que o objeto da licitação envolva grande porte, especialização técnica e diversificação das necessidades, o que legitima a formação de consórcios entre empresas que possuam *expertise* específica em diferentes áreas.

4.46. Um dos principais requisitos para a participação de consórcios é a adequação do objeto da licitação à necessidade de especialização técnica ou estrutura. No caso da aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos, que são itens de alta especificidade e urgência, um consórcio pode reunir diferentes competências técnicas de empresas especializadas, o que garante a qualidade e efetividade na entrega dos materiais necessários para o enfrentamento de emergências.

4.47. O consórcio permite que diversas empresas, com capacidades complementares, se unam para fornecer bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos de maneira rápida e eficiente, atendendo de forma mais robusta aos requisitos de qualificação técnica da licitação e ao cumprimento de prazos reduzidos exigidos pela natureza da emergência.

4.48. A participação de um consórcio permite o uso da experiência conjunta para enfrentar emergências com a devida agilidade. Ao reunir diferentes empresas, é possível garantir entregas simultâneas ou com prazos mais curtos, aspectos essenciais quando se lida com a aquisição de materiais para situações críticas.

4.49. Em situações de calamidade pública e emergência, a formação de um consórcio de empresas é justificada pela eficiência que esse arranjo pode proporcionar. A soma das competências das empresas do consórcio facilita a execução simultânea de diferentes partes do objeto, garantindo a efetividade e rapidez necessárias à situação.

4.50. O edital irá detalhar os critérios de qualificação técnica exigidos, assegurando que os consorciados tenham capacidade comprovada para a execução do projeto.

4.51. Os consórcios deverão apresentar documentação completa, incluindo o compromisso de constituição do consórcio, declaração de responsabilidade solidária, comprovação de qualificação técnica e econômico-financeira de cada consorciado, além da identificação do líder do respectivo consórcio, bem como a autorização para representá-lo.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

4.52. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.53. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.54. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.55. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.56. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Do prazo de vigência**

4.57. Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência contratual deve estar compatível com a natureza e a complexidade do objeto, observando-se, ainda, os princípios da economicidade e da eficiência. Nesse contexto, estabelece-se o **prazo inicial de 6 (seis) meses**, prorrogável por igual período, como medida que concilia a necessidade de estabilidade contratual com a flexibilidade necessária à Administração Pública.

4.58. A escolha por um prazo de vigência mais curto encontra respaldo na própria lógica da contratação pública, sobretudo quando se trata da aquisição de equipamentos para o combate a incêndios florestais, cujas especificações técnicas estão em constante evolução. A adoção de prazos contratuais mais extensos poderia engessar a administração, dificultando futuras aquisições de materiais mais modernos e tecnologicamente avançados, comprometendo a eficiência e a eficácia das ações em situações emergenciais.

### **Da exigência da amostra**

4.59. Não se exigirá apresentação de amostra dos produtos ofertados.

### **Da indicação de marcas**

4.60. Nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a indicação de marcas, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas:

*Art. 41. É vedada a especificação do objeto, no edital de licitação, que restrinja a competição, inclusive nos casos de marca, exceto quando:*

*I - for tecnicamente justificável;*

*II - for necessária em decorrência da padronização do objeto;*

*III - a escolha de marca, modelo ou tipo específico decorra de necessidade de manter a compatibilidade com os equipamentos e sistemas já existentes*

4.61. Considerando os princípios da isonomia, competitividade e da vantajosidade para a Administração, a não indicação de marcas específicas para o fornecimento de equipamentos de combate a incêndios florestais se justifica pela necessidade de ampliar a concorrência, garantindo igualdade de condições entre os fornecedores e possibilitando a obtenção da melhor proposta em termos de qualidade e custo.

4.62. Além disso, os padrões técnicos e de segurança exigidos para os equipamentos podem ser devidamente especificados no edital de licitação por meio de normas técnicas, materiais mínimos, desempenho esperado e demais critérios objetivos, sem necessidade de vinculação a determinada marca.

4.63. Dessa forma, considerando as especificações técnicas para os itens desta licitação, a não indicação de marcas específicas não será utilizada para esta aquisição, estando assim em plena conformidade com os princípios e dispositivos legais que regem as contratações públicas.

#### **Da vedação de contratação de marcas ou produto**

4.64. No presente caso, não há justificativa técnica para a vedação de contratação de marca específica para esta contratação.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.65. No âmbito da presente contratação pública, entende-se como inadequada a exigência de carta de solidariedade do fabricante como requisito de habilitação ou como condição de aceitação da proposta.

4.66. A decisão está fundamentada no disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite tal exigência apenas em situações excepcionais e devidamente motivadas. No caso em análise, os itens a serem adquiridos são de fornecimento comum no mercado e há ampla disponibilidade de fornecedores habilitados tecnicamente, inclusive revendedores e distribuidores legalmente autorizados, o que afasta a necessidade de comprovação de solidariedade formal por parte dos fabricantes.

4.66.1. O entendimento é corroborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que no Acórdão nº 1.026/2024 – 2ª Câmara, alertou que a exigência imotivada da carta de solidariedade pode representar restrição indevida à competitividade, violando os princípios da isonomia e da ampla participação dos licitantes.

4.67. Dessa forma, opta-se por não exigir a apresentação de carta de solidariedade, para assim contribuir com a ampliação da competitividade, assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e manter o atendimento aos critérios técnicos e legais aplicáveis ao objeto da contratação.

#### **Da subcontratação**

4.68. Não será admitida a subcontratação do objeto, conforme as razões abaixo:

4.68.1. A vedação à subcontratação do objeto deste pregão justifica-se com base nos princípios da eficiência, responsabilidade contratual, segurança jurídica e obtenção da proposta mais vantajosa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.68.2. O objeto da presente licitação consiste na aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos, cujas características técnicas e padrões de qualidade são fundamentais para assegurar a integridade física dos servidores públicos e demais usuários. Tais bens requerem controle rigoroso de origem, certificações específicas e cumprimento integral das condições estabelecidas no edital.

4.68.3. Nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021, à Administração é permitido vedar, restringir ou estabelecer condições à subcontratação, sempre que isso se justificar em razão da natureza do objeto contratado ou por interesse público.

4.68.4. Neste contexto, a vedação à subcontratação é justificada pelos seguintes motivos:

4.68.4.1. Responsabilidade direta e controle de qualidade: a subcontratação poderia comprometer o controle da qualidade dos produtos fornecidos, cuja adequação é essencial à segurança dos usuários.

4.68.4.2. Rastreabilidade e certificações técnicas: a origem dos equipamentos e a observância de normas técnicas específicas exigem rastreabilidade e garantias que apenas o fornecedor direto pode assegurar de forma plena.

4.68.4.3. Eficiência na gestão do contrato: a subcontratação pode gerar dificuldades na gestão, fiscalização e responsabilização contratual, o que contraria o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.68.4.4. Risco à proposta mais vantajosa: a permissão para subcontratação poderia incentivar a participação de empresas sem capacidade real de fornecimento, que atuariam como meras intermediárias, o que poderia gerar sobrepreço, atraso na entrega ou fornecimento de produtos de qualidade inferior.

4.69. Portanto, com fundamento no art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021, e em consonância com os princípios que regem a Administração Pública, fica justificada a vedação à subcontratação do objeto deste pregão, de forma a garantir a execução direta, eficiente e segura do contrato, em benefício do interesse público.

#### **Da não exigência de garantia contratual**

4.70. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia da execução do contrato pela Administração Pública constitui faculdade, e não imposição legal, devendo sua adoção observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade, especialmente quanto à natureza do objeto contratado, os riscos inerentes à execução contratual e os princípios da economicidade e eficiência.

4.71. No presente caso, trata-se de aquisição de bens padronizados e fornecimento integral (entrega única), ainda que com valor expressivo, destinados fundamentalmente ao uso emergencial no enfrentamento de situações excepcionais, porém não exclusivamente, podendo atender órgãos que queiram atuar preventivamente no combate a tais situações de calamidade. A estrutura contratual e os riscos envolvidos não indicam necessidade de proteção adicional por meio de garantia, pelas seguintes razões: a forma de execução contratual, com entrega única dos bens, mitiga significativamente os riscos de inadimplemento parcial. Assim, a fiscalização contratual pode ser plenamente exercida antes da efetivação do pagamento, garantindo o adimplemento da obrigação sem necessidade de garantia acessória.

4.72. O risco reduzido, a inexistência de obrigações de longo prazo ou complexidade técnica elevada de bens com especificações técnicas previamente definidas afastam a possibilidade de riscos complexos que justifiquem garantia contratual.

4.73. Enfatiza-se que a exigência de garantia deve ser pautada em critérios técnicos e econômicos objetivos, sob pena de comprometer a competitividade do certame, principalmente quando a exigência desestimula a participação de potenciais licitantes, em contrariedade ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, TCU Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário.

4.74. Dado os princípios da eficiência e razoabilidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), a imposição de garantia deve ser avaliada de forma a não onerar indevidamente a contratação, considerando os custos adicionais que podem ser repassados ao preço final e o eventual desestímulo à ampla competitividade.

4.75. A urgência na entrega e uso dos bens pode exigir celeridade no processo contratual, sendo a exigência de garantias uma etapa potencialmente protelatória e onerosa, em desacordo com o interesse público imediato.

4.76. Desta forma, para os itens objetos deste estudo, não será exigida garantia de execução contratual.

#### **Participação das ME/EPP**

4.77. Em alinhamento com a Lei Complementar nº 123/06, que visa fomentar a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, e considerando a natureza divisível do objeto e a capacidade do mercado em atender a parcelas da demanda, **o item 13 será exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte**, conforme determina o art. 48, I, da Lei citada, por terem o custo total estimado abaixo de R\$ 80.000,00.

4.78. A Lei Complementar nº 123/06, também em seu art. 48, estabelece que até 25% dos itens divisíveis em licitações devem ser reservados às ME/EPP, garantindo-lhes tratamento diferenciado e favorecido. Contudo, o art. 49,

inciso III, aponta expressamente que os benefícios previstos nos arts. 47 e 48 não se aplicam quando isso não for vantajoso à Administração ou represente prejuízo ao conjunto do objeto licitado.

4.79. Após análise de mercado, percebeu-se elevado risco na possível reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, tornando a solução técnica e economicamente inviável. Os itens serão fornecidos para todo o território nacional, com elevada pressão sobre os prazos de entrega, devido ao caráter do objeto da licitação, e micro e pequenas empresas costumam ter menor capacidade logística para atender a demandas com essas características.

4.79.1. Em atendimento ao disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538 /2015, procedeu-se à análise quanto à viabilidade de adoção de reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame.

4.79.2. A partir da análise do contexto do mercado, verificou-se que o fornecimento dos itens que compõem o objeto é caracterizado por significativa heterogeneidade técnica, abrangendo equipamentos especializados de salvamento, combate a incêndio e resposta a desastres, usualmente fornecidos por distribuidores e fabricantes com atuação nacional ou internacional, os quais operam com cadeias logísticas integradas e estrutura de suporte técnico consolidada.

4.79.3. Constatou-se, ainda, que parcela relevante dos itens demanda padronização técnica, interoperabilidade entre equipamentos e fornecimento em escala compatível com a distribuição em múltiplas localidades do território nacional, dentro de prazos operacionais reduzidos. Nesse contexto, a equipe de planejamento entende que a eventual fragmentação do objeto por meio de reserva de cotas poderia acarretar riscos à uniformidade dos equipamentos, à eficiência logística e à gestão contratual, com potencial impacto na pronta resposta operacional das equipes que utilizarão os materiais.

4.79.4. Ademais, a análise das práticas de mercado indica que o fornecimento desses equipamentos, especialmente os de maior complexidade técnica, é frequentemente realizado por empresas que atuam como representantes ou distribuidoras de fabricantes, sendo incomum a participação de micro e pequenas empresas nesse arranjo, inclusive na condição de revendedoras ou integradoras.

4.79.5. Avaliou-se, por fim, que a adoção de reserva de cotas, nas condições específicas desta contratação, poderia implicar aumento de custos administrativos, perda de economia de escala e maior risco de descompasso nas entregas, sem evidência concreta de ampliação proporcional da competitividade.

4.79.6. Dessa forma, conclui-se que a não adoção da reserva de cotas mostra-se medida tecnicamente justificada, proporcional e alinhada às peculiaridades do objeto e do mercado fornecedor, sem prejuízo da ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, especialmente nos itens de menor valor e na cadeia de fornecimento.

### **Margem de Preferência**

4.80. Considerando as diretrizes estabelecidas pela Resolução CICS/MGI nº 7 de dezembro de 2024, nos termos do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, não se aplica a margem de preferência normal ou adicional ao objeto da aquisição estabelecida.

### **Aplicação do instrumento de Medição dos Resultados (IMR)**

4.81. Devido à natureza da contratação, com entrega imediata dos itens, não é necessário a utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

4.82. A conformidade com as especificações técnicas dos itens adquiridos deverá ser conferida no momento da entrega.

### **Infrações e sanções administrativas**

4.83. As infrações administrativas estão previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021. As sanções e suas aplicações no art. 156. A minuta de contrato e o Termo de Referência preverão o regime de sanção administrativa para a aplicação de multa.

4.83.1. Apuração de infrações e a aplicação de sanção administrativa, no âmbito da Central de Compras, observará as normas vigentes e, em especial, o procedimento estabelecido na Portaria MGI-SEGES nº 6.846, de 18 de agosto de 2025, para os casos de condutas cometidas durante a licitação, gestão de atas de registro de preços ou na execução de contrato administrativo.

4.83.2. Ainda, na definição das regras referentes ao regime de aplicação de sanções administrativas, utilizar-se-á, sempre que possível, as disposições sugeridas nos modelos de Edital, Termo de Referência e Minuta de contrato propostos pela Advocacia-Geral da União e aprovados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

4.83.3. As infrações e sanções administrativas aplicadas à contratação em planejamento estão previstas no Item 7 do Termo de Referência, anexo do Edital.

### **Dos bens objeto desta contratação e da adoção do pregão**

4.84. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, bens comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado. Bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos possuem especificações técnicas padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, permitindo sua definição objetiva nos editais de licitação.

4.85. O TCU, por meio da Resolução-TCU nº 341/2022, define bens de consumo de qualidade comum como aqueles que servem a um ou mais usos, aptos a suprir as demandas das unidades do Tribunal, compatíveis com a finalidade a que se destinam, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais existentes no mercado.

4.86. Portanto, a aquisição enquadrada neste estudo pode ser realizada por meio de pregão eletrônico, modalidade de licitação adequada para bens e serviços comuns, conforme estabelecido na legislação vigente e nas orientações dos órgãos de controle.

4.87. Justifica-se a adoção da modalidade pregão, na forma eletrônica, conforme dispõe o art. 28 da Lei nº 14.133 /2021, sendo esta a modalidade adequada para garantir maior competitividade, economicidade, transparência e celeridade ao processo para atendimento às demandas dos órgãos interessados na aquisição dos bens enquadrados neste certame.

### **Do pregão para Registro de Preços**

4.88. A presente licitação será enquadrada no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023:

*Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*

*III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*

4.89. A aquisição será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com possibilidade de adesão pelos órgãos da Administração Pública, conforme suas demandas.

4.90. Amparando esta exposição em subsídios concretos, tem-se que, após a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços, a contratação em andamento deverá contar com o interesse de diversos órgãos e entidades do Brasil.

4.91. Cumpre consignar que, inobstante o enquadramento ora apresentado se dê com base na legislação específica do SRP consubstanciada na Lei nº 14.133/2021, e no Decreto nº 11.462/2023, também está sendo observada a possibilidade de adesão à ata de registro de preços por ente que se encontre em estado de calamidade, nos termos da Lei nº 14.981/2024.

4.92. Em relação à possibilidade de renovação dos quantitativos registrados, o art. 84, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que:

*O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.*

4.93. Sobre a renovação dos quantitativos registrados em ata, isto é, restabelecer, no período subsequente, os itens em número equivalente ao original, a lei foi silente, mas tal possibilidade é admitida pelo departamento de coordenação e orientação de órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, nos termos do Parecer nº 75/2024 /DECOR/CGU/AGU, assinado em 28 de janeiro de 2025:

*LICITAÇÕES. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO REGISTRADO EM CASO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO. ANUALIDADE. DEVER DE TRANSPARÊNCIA. REQUISITOS.*

*I - Há a possibilidade da renovação do quantitativo originalmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso, haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços, o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação e a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.*

4.94. Considerando que esta Central de Compras, no exercício de suas atribuições regulamentares, está conduzindo o presente procedimento para propiciar a aquisição de materiais por uma pluralidade de órgãos e entidades, até mesmo na condição de aderentes da ARP que não contribuíram para a estimativa inicial do quantitativo, havendo probabilidade de alta procura pelo itens registrados logo no primeiro ano de vigência da ata e que pode haver interesse dos fornecedores para suprir a demanda, é de bom alvitre que seja admitida a renovação do documento, expressamente, tanto no edital como na própria ata, mediante formalização de aditamento. Por esta razão fática, indica-se a seguinte redação a ser inserida no edital e na ata:

*É possível a renovação do quantitativo registrado na ata de registro de preços:*

*a) por ocasião da prorrogação da ARP, dentro do prazo de vigência, quando comprovada a manutenção da vantajosidade do preço; e*

*b) por meio da formalização de termo aditivo.*

#### **Da adesão à Ata de Registro de Preços**

4.95. A adoção centralizada do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite a adesão posterior de órgãos e entidades da Administração pública, conforme previsto no art. 86, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e nos requisitos do art. 31 do Decreto nº 11.462/2023. Esse modelo favorece o uso racional de recursos e maior agilidade no atendimento de demandas urgentes, especialmente em cenários de calamidade e emergências climáticas, cuja frequência tem aumentado em diversas regiões do país.

4.96. A possibilidade de adesão tardia justifica-se nesse certame tendo em vista a natureza da execução do processo de centralização de compras, tal como a própria justificativa da contratação. Como exposto, a Central de Compras, no exercício de suas atribuições, objetiva maximizar o alcance de seus processos àquelas instituições que possuem demandas similares ao objeto da contratação, inclusive às que, por diferentes circunstâncias, não registraram suas demandas no momento da realização da Intenção de Registros de Preços (IRP). Não é raro que órgãos e entidades percam o prazo de registro de intenção na realização dos processos de planejamento. Nesse contexto, a previsão de utilização do instituto de adesão tardia torna-se fundamental para que aqueles órgãos que não conseguiram efetuar o registro da demanda na formação da Ata não deixem de se beneficiar das vantagens trazidas pela centralização da contratação, em especial, do ganho de escala obtido com os volumes demandados com a centralização.

4.97. A adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) é prática recorrente nos certames conduzidos pela Central de Compras, em consonância com suas atribuições legais, conforme o art. 22, especialmente no inciso III, do Anexo I do Decreto nº 12.102/2024. Cabe à Central planejar, coordenar, supervisionar e executar procedimentos licitatórios inovadores e contratações diretas relativas a bens e serviços de uso comum ou estratégico para órgãos e entidades, inclusive de tecnologia da informação e comunicação.

4.98. Assim, a permissão de adesões tardias às ARPs está diretamente ligada à finalidade da Central de Compras e contribui para a eficácia de suas contratações.

4.99. Além disso, a estruturação por registro de preços favorece o planejamento e a flexibilidade contratual, permitindo contratos com vigência de um ano, prorrogáveis por igual período. Isso assegura a continuidade no fornecimento de materiais e equipamentos em situações emergenciais, evitando a realização frequente de novos certames e promovendo eficiência e economicidade na gestão pública.

### **Dos limites para as adesões**

4.100. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.101. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.102. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.95, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.103. Destarte, de modo a cumprir as disposições da legislação vigente, os órgãos e entidades deverão indicar nos processos de instrução das futuras contratações decorrentes desta licitação se estas estão alinhadas aos planos instituídos, tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico, e, também, deverão informar a política pública a que estejam vinculadas, quando couber.

4.104. Repisa-se que, no que tange ao Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), a Central de Compras é dispensada, uma vez que o registro da presente demanda geraria duplicidade de informações, visto que cabe aos órgãos e entidades que usufruirão da contratação realizar o dito registro.

### **Critério de julgamento e modo de disputa**

4.105. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço por item, dos itens 1 a 15, 21 a 41, 48 a 64, 66 a 72; e de menor preço por grupo, para os Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, observadas as exigências no edital e anexos quanto às especificações do objeto, na forma dos arts. 11, 12 e 13 do Decreto nº 11.462/2023, conforme destacado abaixo:

*Art. 11. Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.*

*Art. 12. Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.*

*Art. 13. Na hipótese prevista no art. 12:*

*I - o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e*

*II - a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

4.106. A contratação adotará como critério de aceitabilidade e como regime de execução a empreitada por preço unitário, fixando-se como os respectivos preços máximos aqueles que serão indicados no Termo de Referência.

4.107. Ao elaborarem a proposta de preços, os licitantes deverão também observar o limite máximo do preço estimado por item detalhado em anexo específico do Termo de Referência.



4.108. Observa-se que, mesmo que uma empresa apresente menor valor total do grupo, caso apresente itens com valor acima do estimado, o pregoeiro deverá proceder com a negociação. A licitante, ao informar sua proposta, deve cadastrar o valor de todos os itens de cada grupo e o pregoeiro avaliará se os itens não estão acima do estimado.

4.109. Conforme Acórdão nº 1.977/2013 – Plenário, o elemento determinante para definir o cabimento da empreitada por preço global ou por preço unitário está na capacidade de a Administração definir a dimensão do objeto da contratação com nível de precisão adequado.

4.110. Embora não exista vedação à utilização do SRP para licitações sob o regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, parece-nos mais conveniente, para o SRP, a adoção do regime de empreitada por preço unitário, em que se adquire os bens por preço certo de unidades determinadas. Tal proceder é mais compatível com a possibilidade de aquisições frequentes, entregas parceladas, reunião do somatório de pretensões contratuais ou indefinição do quantitativo a ser exatamente demandado pela Administração.

4.111. Nada impede que, conforme alínea “a”, inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contrato possa ser alterado, por acordo entre as partes, quando necessária a modificação do regime de execução do serviço.

4.112. O modo de disputa será o aberto e fechado, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

4.113. Como forma de aumentar a competitividade do certame, foi adotado o modo de disputa "aberto e fechado", conforme transcrição a seguir:

*Art. 24. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 22, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.*

*§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.*

*§ 2º Após a etapa de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.*

*§ 3º No procedimento de que trata o § 2º, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.*

*§ 4º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no § 3º.*

*§ 5º Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 4º, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22.*

4.114. Convém ponderar que a classificação das propostas iniciais apresentadas, antes dos lances, possui pouco valor estratégico e não cria incentivos para que um licitante externalize um preço próximo ao seu preço de reserva (melhor preço). Para quem compreende a sistemática de um pregão de maneira técnica, parece óbvio que a ausência de repercussão dada às propostas iniciais induz os licitantes a apresentarem preços distantes do seu preço de reserva, sendo uma estratégia para aguardar os lances dos demais licitantes, de modo a ir definindo a redução que propiciará em seus lances, apenas o suficiente para cobrir os lances de seus concorrentes. Já na segunda fase, a fase fechada, fragiliza-se a continuidade desta estratégia, pois, devido ao anonimato da disputa, o licitante deverá apresentar o seu melhor preço, visando sagrar-se vencedor, sem ter conhecimento das demais ofertas de lances.

4.115. Em uma análise conclusiva, mas não absoluta, visto que as nuances específicas podem e devem contribuir para a escolha do modo de disputa mais eficiente, sugere-se que as modelagens abertas podem permitir que os licitantes não precifiquem seus custos com precisão, usando como referência os lances de seus concorrentes, o que é conhecido como "efeito ancoragem", o que pode gerar riscos de inexequibilidade.

4.116. Portanto, para a licitação aqui apresentada, optou-se pela adoção do **modo de disputa aberto e fechado**, configurando-se uma estratégia de mitigação de inexecutabilidade dos itens dos grupos e de obtenção de proposta vencedora com preço acima do melhor preço possível à ofertante.

4.117. Base legal e normativa:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: institui normas para licitações e contratação e para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei nº 14.981/2024, de 20 de setembro de 2024: dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública; autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a mutuários afetados com perdas materiais nas áreas atingidas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024; altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.042, de 19 de agosto de 2020, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010; autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica para constituição de escritórios de projetos; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito, em virtude dos efeitos negativos decorrentes de desastres naturais; revoga as Medidas Provisórias nºs 1.221, de 17 de maio de 2024, 1.226, de 29 de maio de 2024, e 1.245, de 18 de julho de 2024; e dá outras providências.
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023: Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021: dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022: estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022: dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022: dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.118. Para execução do contrato, o Contratado deverá seguir, além da legislação específica sobre os serviços contratados, as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.119. Para execução do contrato, o Contratado deverá seguir, além da legislação específica sobre os serviços contratados, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4.120. No que se refere à sustentabilidade, deverão ser observados(as), em especial:

- Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit.
- Resolução A/Res 70/1, de 25.09.2015, da Assembleia Geral das Nações Unidas: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em específico a ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, visando, no caso concreto dessa contratação, a eficácia do uso de recursos naturais e energéticos (ODS 12.2).
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - 7ª edição, AGU/2024, o qual visa aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.
- Decreto no 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021: dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. 4.128. Outras normas serão estabelecidas em edital.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando as especificidades dos materiais e equipamentos desta contratação, eles não poderão ser atendidos por meio de locação de bens, haja vista que:

5.1.1. Após pesquisas realizadas pela equipe de planejamento em sites e após consultas com servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e do Ibama, verificou-se que não é prática de mercado o fornecimento dos itens objeto desta licitação por meio de locação, não existindo fornecedores que trabalhem por locação para a grande maioria dos itens.

5.1.2. A demanda possui caráter urgente e de certa imprevisibilidade, por se tratar de incêndios florestais, não sendo possível saber exatamente onde e quando ocorrerão. Mesmo com estudos, como o demonstrado neste ETP, que apontam aumento de ocorrências em determinadas localidades devido a questões climáticas, o evento ainda se caracteriza como contingencial e imprevisível. Dessa forma, a abertura de um processo de locação para disponibilização dos itens destinados ao combate a incêndios, ainda que em caráter de urgência, sujeitaria os órgãos responsáveis por essa contingência à espera pelo acionamento do contrato, mobilização do fornecedor, recebimento e aceite dos itens, entre outras atividades processuais inerentes a um contrato de locação.

5.1.3. Parte dos itens pretendidos nesta aquisição é de uso único ou pessoal, sendo específicos e sujeitos a intenso desgaste ao longo de sua utilização.

5.2. Ressalta-se ainda que, em atendimento ao art. 12 da IN nº58/2022, foi realizada pesquisa no Sistema ETP Digital e inexistiu contratação CENTRALIZADA dos itens objeto deste ETP por outro órgão. Dessa forma, a equipe de planejamento da contratação expressa a inexistência de solução semelhante apta a subsidiar a modelagem.

5.3. Nos resta analisar as possíveis modalidades de contratação, nas quais foram considerados 4 (quatro) possíveis cenários para suprirem as demandas de aquisição:

**Cenário 1** - Aderir a Atas Registro de Preços vigentes, proveniente de órgãos públicos federais, que atendam às especificações do objeto pretendido;

**Cenário 2** - Aquisição do objeto pretendido por meio de pregão eletrônico tradicional;

**Cenário 3** - Locação dos materiais e equipamentos;

**Cenário 4** - Aquisição por meio de pregão eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).

#### CENÁRIO 1

<b>Descrição</b>	Aderir a Atas Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atendam às especificações e objeto pretendido
<b>Análise do Cenário</b>	<p><u>Vantagens:</u> um fator relevante e vantajoso é a possibilidade de adesão a uma ARP, elaborada mediante licitação promovida por outras entidades públicas federais, trazendo mais celeridade no processo de contratação.</p> <p><u>Desvantagens:</u> possibilidade de as ARPs não contemplarem em sua totalidade o objeto, atendendo parcialmente as especificações técnicas e os quantitativos a serem contratados. Após consulta ao sistema Compras.gov.br, não foram encontradas atas vigentes para diversos itens pretendidos para esta aquisição que atendam à demanda; o propósito desta licitação é a possibilidade de adesão de diversos órgãos da Administração Pública (federal, estadual, municipal e distrital). Desta forma, a abrangência da contratação por meio da centralização é diferenciada para alcançar todos os órgãos que demandantes para os itens aqui especificados, o que restaria nula a adesão caso a licitação fosse de órgãos da esfera estadual, municipal e distrital, restringindo a participação de órgãos federais a ARPs do âmbito da União.</p>

#### CENÁRIO 2

<b>Descrição</b>	Aquisição do objeto pretendido por meio de pregão eletrônico tradicional
<b>Análise do Cenário</b>	<p><u>Vantagens:</u> o pregão eletrônico tradicional proporciona a participação de maior quantidade de empresas que buscam maior segurança quanto à efetiva aquisição dos itens licitados e o seu pagamento, considerando a imediata provisão dos recursos orçamentários para os bens adquiridos. Com isso, estimula-se a competitividade entre as concorrentes pela garantia da compra pelo órgão licitante.</p> <p><u>Desvantagens:</u> Impossibilidade de participação de outros órgãos que tenham interesse na contratação do objeto, conforme sua necessidade. A economicidade seria prejudicada.</p>

#### CENÁRIO 3

<b>Descrição</b>	Locação dos materiais e equipamentos
	<p><u>Vantagens:</u></p> <p><b>Custo inicial reduzido:</b> O aluguel pode reduzir a necessidade de grandes investimentos iniciais para a compra de equipamentos.</p>

Análise do Cenário	<p><b>Acesso a equipamentos mais modernos:</b> Empresas de aluguel frequentemente oferecem equipamentos de última geração, permitindo o uso de tecnologias mais avançadas.</p> <p><b>Manutenção e substituição:</b> Responsabilidade pela manutenção geralmente é da empresa locadora, garantindo que os equipamentos estejam em boas condições.</p> <p><b>Flexibilidade:</b> Permite ajustar o volume de equipamentos conforme a necessidade, o que é útil em períodos sazonais de queimadas.</p> <p><b>Conformidade com normas:</b> Equipamentos alugados costumam estar atualizados em relação às normas regulamentadoras, evitando problemas legais.</p> <p><b>Sustentabilidade:</b> Reduz desperdício, já que o equipamento pode ser reutilizado por outros usuários após o aluguel.</p> <p><u>Desvantagens:</u></p> <p><b>Custo contínuo:</b> Pode ser mais caro a longo prazo do que a compra, especialmente em situações de uso prolongado.</p> <p><b>Dependência de terceiros:</b> A disponibilidade de equipamentos depende da empresa locadora, o que pode causar atrasos.</p> <p><b>Limitações na personalização:</b> Equipamentos alugados podem não ser personalizados para as necessidades específicas da equipe ou da organização.</p> <p><b>Higiene e condições de uso:</b> É essencial garantir que os equipamentos estejam devidamente higienizados.</p> <p><b>Problemas logísticos:</b> Pode haver dificuldades no transporte, devolução ou substituição de equipamentos danificados durante o uso.</p> <p><b>Mercado limitado:</b> há poucas empresas atuando no ramo de aluguel de equipamentos especializados para o enfrentamento de queimadas. Para determinados equipamentos não foram encontradas empresas especializadas.</p> <p><b>Treinamento e familiaridade:</b> Pode ser necessário mais tempo para a equipe se familiarizar com o equipamento alugado, caso seja diferente do habitual.</p> <p><b>Custo elevado:</b> O mercado é limitado. Com poucas empresas fornecendo o serviço, os preços podem ser altos devido à falta de competição.</p> <p><b>Disponibilidade limitada:</b> A capacidade de atendimento pode ser insuficiente durante períodos de alta demanda, como na temporada de queimadas.</p> <p><b>Menor variedade:</b> O portfólio de equipamentos oferecido pode ser limitado, dificultando a escolha de itens mais adequados às suas necessidades.</p>
--------------------	---

#### CENÁRIO 4

Descrição	Aquisição por meio de pregão eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP)
Análise do Cenário	<p><u>Vantagens:</u> Destaca-se como vantagem a possibilidade de o processo licitatório atingir melhores valores, uma vez que uma das etapas previstas para o Registro de Preços é a abertura de Intenção de Registro de Preços (IRP) com possibilidade de adesão para órgãos participantes e não participantes do certame licitatório, o que aumentaria consideravelmente o quantitativo a ser adquirido, possibilitaria consequentemente o ganho em escala e economicidade.</p>

Desvantagens: Por se tratar de um cadastro, o Sistema de Registro de Preços, segundo Justen Filho (2010): "a defasagem entre a realidade do mercado e os dados registrados, visto que diariamente surgem novos produtos, e dessa forma, os preços podem sofrer grandes variações".
--

5.4. Nesse diapasão, diante do estudo dos possíveis cenários para atendimento da demanda apresentada, a adoção do Sistema de Registro de Preços, Cenário 4, no presente caso, atenderia perfeitamente ao objetivo da Administração Pública em manter uma Ata de Registro de Preços disponível para todas as Unidades da Federação, no enfrentamento às consequências climáticas, tais como as queimadas, conforme enquadramento no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

*Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*

*(...)*

*III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.*

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Frente ao cenário estudado, indica-se a instauração de processo administrativo para licitação, do tipo **pregão eletrônico**, por meio da modalidade do **Sistema de Registro de Preços** para aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos, utilizando como instrumento legal a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Esta decisão permite uma contratação para o atendimento dos entes da federação em todas as esferas administrativas.

6.2. A solução encontrada visa contemplar a necessidade de aquisição dos materiais essenciais à execução das atividades desempenhadas pelas equipes de combate e de resgate, garantindo que os referidos produtos estejam conforme os padrões de segurança e qualidade exigidos para operações em ambientes de risco extremo, como, por exemplo, as áreas afetadas por incêndios florestais. A seguir, serão detalhadas as minúcias para essa aquisição:

### Identificação dos Itens Essenciais

6.3. A primeira etapa foi a identificação dos materiais indispensáveis para o sucesso das operações de combate a incêndios florestais, considerando tanto a proteção dos profissionais quanto a eficiência no controle dos incêndios e no resgate de fauna. Com base nessa análise, foram selecionados os seguintes grupos de materiais:

1. Aquisição de peças de uniformes, EPIs e materiais relacionados;
2. Aquisição equipamentos para resgate de fauna;
3. Contratação de horas-voo de aeronaves;
4. Aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios).

6.4. Os materiais dos itens 1 e 2 foram agrupados na licitação contida no Processo SEI-MGI nº 19973.017537/2024-15. O item 3 está sendo atendido pela licitação contida no Processo SEI-MGI nº 19973.017539/2024-12.

6.5. O item 4, objeto deste ETP, será atendido pela licitação contida no Processo SEI-MGI nº 19973.004690/2025-63.

### Seleção de Fornecedores Qualificados

6.6. A seleção dos fornecedores será feita com base em critérios técnicos rigorosos, tais como:

- **Conformidade com normas técnicas e regulatórias:** os materiais e equipamentos de combate a incêndios florestais deverão estar em conformidade com as normas de segurança estabelecidas pelos órgãos reguladores, como ABNT e NR's (Normas Regulamentadoras), garantindo a segurança dos profissionais.

- **Capacidade de fornecimento:** será priorizada a contratação de fornecedores com capacidade comprovada de entrega dos itens em estoque ou com prazos de fornecimento mínimos, possibilitando a rápida distribuição dos materiais aos estados afetados.
- **Experiência e confiabilidade:** os fornecedores selecionados deverão ter experiência comprovada no fornecimento de materiais para emergências, demonstrando confiabilidade e qualidade no atendimento às demandas críticas.

6.7. Os itens adquiridos serão acompanhados de garantias técnicas e especificações de uso, quando couber. Esta etapa é fundamental para garantir que os materiais adquiridos permaneçam em condições adequadas de uso durante toda a duração das operações e possam ser utilizados de maneira prolongada em futuras situações de emergência.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para esta licitação tem como objetivo atender não apenas à demanda histórica de órgãos federais, estaduais, distrital e municipais de todo o Brasil, entes públicos interessados em aderir à ata. Essa abordagem estratégica visa:

7.1.1. Prover segurança e agilidade na aquisição de itens essenciais, especialmente em situações de alta criticidade e emergências, previstas ou não.

7.1.2. Garantir a qualidade e padronização dos produtos fornecidos, indispensáveis para o desempenho seguro e eficaz das atividades.

7.1.3. Atender de forma ampla às diversas regiões do país, respeitando as especificidades e demandas locais.

7.2. Conforme estabelece o Decreto nº 11.462/2023, em seu artigo 32, inciso II:

*II - o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão ou entidade gerenciadora e os órgãos participantes.*

7.3. Dessa forma, é essencial garantir que o quantitativo registrado na ata seja suficiente para suprir a demanda dos órgãos participantes e, simultaneamente, atender aos órgãos que optarem pela adesão ao SRP.

7.4. Adicionalmente, o artigo 23 do referido decreto veda acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, reforçando a necessidade de planejamento criterioso e alinhado às demandas potenciais.

7.5. Levando em consideração que esta licitação abrange a aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos para o enfrentamento de situações de emergências por intermédio dos servidores e brigadistas, optou-se por ajustar o quantitativo com base na IRP, para atendimento aos órgãos interessados em quantidade suficiente, para que:

7.5.1. Não haja prejuízo aos órgãos interessados em aderir ao registro de preços, garantindo o atendimento às suas demandas.

7.5.2. As ações emergenciais e de calamidade pública possam ser executadas de maneira eficaz e tempestiva, sobretudo em cenários críticos que exigem pronta resposta.

7.5.3. Seja promovida a padronização e a garantia da qualidade dos itens adquiridos, fundamentais para a segurança e o desempenho das atividades dos servidores e brigadistas em campo.

7.6. Tal medida vislumbra atender às demandas previstas em todo o território nacional, conforme as normas legais e regulamentares.

7.6.1. A quantidade de cada item constante na Tabela 1 deste ETP corresponde à consolidação da Intenção de Registro de Preços (IRP) nº 19/2025 (SEI-MGI nº 55209504). A atividade referente à IRP contou com etapa específica para que os órgãos solicitantes confirmassem suas intenções de participação, bem como os quantitativos previamente lançados na etapa inicial.

7.6.2. Ressalta-se que essa etapa resultou, inclusive, no cancelamento da manifestação da UASG 927134 – EAP – Corpo de Bombeiros Militar do Amapá, por não efetuar a confirmação da participação e do quantitativo inicialmente lançado dentro do prazo estipulado pela equipe de planejamento, conforme (SEI-MGI nº 55209872).

7.6.3. Conforme o Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), o art. 5º estabelece que compete ao órgão gerenciador realizar o procedimento público de IRP e aceitar ou recusar, de forma justificada, os quantitativos considerados ínfimos ou excessivos. O art. 6º determina que o órgão participante é responsável por manifestar seu interesse, indicando o quantitativo desejado e assegurando que sua demanda esteja amparada por estudos técnicos preliminares. O art. 23, por sua vez, veda o acréscimo de quantitativos após a conclusão da ata, reforçando que o lançamento inicial na IRP deve ser preciso e de inteira responsabilidade da UASG que o solicita.

7.6.4. Além do decreto, o Manual de IRP do Compras.gov.br detalha operacionalmente que o registro dos volumes constitui ato administrativo da UASG demandante, que deve consolidar as necessidades de suas unidades vinculadas antes de enviar a manifestação ao órgão gestor. Dessa forma, a Equipe de Planejamento entende que a responsabilidade pelo quantitativo lançado por uma Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG) em uma IRP no sistema Compras.gov.br (SIASG/Siasgnet) é da própria UASG participante /demandante, uma vez que é ela quem possui competência e capacidade para realizar internamente os estudos técnicos preliminares que justifiquem os quantitativos solicitados.

7.6.5. Dessa forma, a ação de contingência que esta equipe de planejamento pôde adotar durante essa etapa foi o estabelecimento de diferentes datas para o cadastramento e o lançamento inicial das manifestações pelas UASG (SEI-MGI nº 54217162) e, posteriormente, para a confirmação da manifestação de interesse e dos respectivos quantitativos. Todas as informações detalhadas sobre as etapas e seus prazos constam no Relatório da IRP (SEI-MGI nº 55089754).

7.6.6 Considerando o ingresso de novos interessados na presente contratação, registra-se que o órgão gerenciador, em conjunto com os entes participantes, observou as incumbências previstas no art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, promovendo a adequada coordenação do processo de planejamento, a consolidação das demandas e a padronização das especificações técnicas, de modo a assegurar a compatibilidade do objeto, a racionalização dos procedimentos e a obtenção de ganhos de escala. Ademais, foram adotadas medidas para garantir a viabilidade operacional e logística da contratação, bem como a adequada estimativa de quantitativos e a compatibilidade com a capacidade de fornecimento do mercado, de forma a preservar a eficiência, a economicidade e a regular execução contratual, mesmo diante da ampliação do número de participantes.

**TABELA 1 - Quantidade por itens**

EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
BENS DE CONSUMO				
1	Botas de Neoprene	485649	Par	1568
2	Capuz de Neoprene	485651	Unidade	1170
3	Luvras de Mergulho	485337	Par	1392
4	Roupa de Mergulho (tipo úmida de neoprene)	329821	Unidade	1229
5	Roupa Seca para Mergulho em Águas Contaminadas (MCW)	274994	Unidade	343
6	Máscara de Mergulho Autônomo	305244	Unidade	1253
7	Snorkel	606289	Unidade	2114
8	Nadadeiras (para mergulho autônomo tipo aberta)	485650	Par	881
9	Nadadeiras para Salvamento	624027	Par	3217
10	Flutuador de Uso Pessoal	611981	Unidade	3197
11	Colete Salva-vidas	305752	Unidade	2053
12	Jogo de Mangueiras (de 70cm para cada cilindro de emergência)	300856	Unidade	560
13	Cinto de Mergulho para Lastro	611964	Unidade	957



14	Lastro para Cinto de Mergulho	611543	Unidade	2256
15	Ferramenta de Corte (Z-KNIFE)	631161	Unidade	813
21	Corda Semiestática	284233	Bobina (com 100 metros)	1534
22	Roupa Sanitária (macacão de saneamento)	482285	Unidade	2630
23	Mochila Costal	246946	Unidade	2125
24	Líquido Gerador de Espuma (LGE)	620850	Galão de 20 Litros	6686
<b>BENS PERMANENTES</b>				
25	Conjunto de Reguladores (composto por 1º e 2º estágios)	606418	Unidade	714
26	Manômetro Submersível (console duplo)	611544	Unidade	595
27	Sistema de Montagem para Cilindro de Emergência (Bail Out)	631168	Unidade	498
28	Bloco de Comutação de Gás (Switch Block para Mergulho)	631400	Unidade	422
29	Capacete de Segurança para Mergulho (compatível com MFF)	484543	Unidade	726
30	Cilindro de Ar Comprimido S80	606413	Unidade	590
31	Cilindro de Ar Comprimido S30	631204	Unidade	485
32	Colete Equilibrador (tipo jaqueta)	606414	Unidade	591
33	Harness (ou arnês) de Segurança (para aplicação em mergulho)	631125	Unidade	458
34	Ferramenta de Corte (Tesoura para Mergulho)	631157	Unidade	556
35	Lanterna Portátil de Led (tipo bastão para mergulho)	606579	Unidade	1404
36	Computador de Mergulho	606415	Unidade	336
37	Bússola Submersível	234101	Unidade	318
38	Cadeirinha de Resgate	473745	Unidade	979
39	Maca de Resgate (tipo cesto)	607935	Unidade	243
40	Global Position System (GPS) de Mão	631121	Unidade	453
41	Escora de Estabilização Veicular	631209	Unidade	642
48	Câmera Termográfica (câmera térmica)	455729	Unidade	172
49	Roçadeira Lateral	295582	Unidade	570
50	Escada Prolongável	235600	Unidade	599
51	Soprador	447124	Unidade	778
52	Pinga-Fogo	246940	Unidade	444
53	Enxada	430107	Unidade	3482
54	Mcleod (enxada e rastelo)	449772	Unidade	1561
55	Picareta (tipo pulaski)	622876	Unidade	1102
56	Abafador de Incêndio Florestal	614015	Unidade	4878
57	Megafone Profissional de Alto Alcance	605860	Unidade	558
58	Cadeira Dobrável	239053	Unidade	1267
59	Mesa Dobrável	479513	Unidade	585
60	Bote Inflável	295466	Unidade	157
61	Motor de Popa	600386	Unidade	194
62	Compressor de Ar para Cilindros de Mergulho	484500	Unidade	84
63	Conjunto de Combate a Incêndio Móvel Veicular	613602	Unidade	290
64	Motogerador	631130	Unidade	422
66	Torre de Iluminação Artificial (tipo I)	631167	Unidade	351
67	Torre de Iluminação Artificial (tipo II)	631164	Unidade	301
68	Drone 1	631113	Unidade	144
69	Drone 2	631112	Unidade	94
70	Drone 3	631111	Unidade	166
71	Drone 4	631110	Unidade	59
72	Drone 5	631114	Unidade	47

GRUPO 1 - EQUIPAMENTO AUTÔNOMO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (EAPR)				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
73	Equipamento Autônomo de Proteção Respiratória (EAPR)	478016	Unidade	1523
74	Cilindro	631207	Unidade	926
75	Peça Facial Inteira	626386	Unidade	1515

GRUPO 2 - MOTOSERRA DE MÉDIO PORTE				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
76	Motoserra (médio porte)	449191	Unidade	775
77	Sabre para Motoserra (médio porte)	338035	Unidade	1760
78	Corrente para Motoserra (médio porte)	436291	Unidade	6515
79	Lima para Motoserra (médio porte)	486099	Unidade	2480

GRUPO 3 - MOTOPODA				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
80	Motopodador	486264	Unidade	498
81	Sabre para Motopoda	338035	Unidade	1080
42	Corrente para Motopoda	436292	Unidade	3585
65	Lima para Motopoda	486099	Unidade	1203

GRUPO 4 - SERRA SABRE				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
43	Serra Sabre à Bateria	283970	Unidade	400
18	Lâmina de Serra Sabre (bimetal)	630826	Unidade	3797
19	Lâmina de Serra Sabre (especial)	631128	Unidade	2026

GRUPO 5 - ESMERILHADEIRA				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
44	Cortador a Disco à Bateria (esmerilhadeira)	220250	Unidade	245
16	Disco para Corte (esmerilhadeira)	463235	Unidade	2205

GRUPO 6 - CHAVE DE IMPACTO				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
45	Chave de Impacto (tipo pistola à bateria)	453741	Unidade	153
46	Conjunto de Soquete de Impacto (para chave de impacto tipo pistola)	610387	Unidade	199

GRUPO 7 - CORTADOR A DISCO				
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
47	Cortador a Disco A Combustão	627396	Unidade	412
17	Disco de Corte (de resina sintética)	246001	Unidade	1240
20	Disco Diamantado	263564	Unidade	1599

Fonte: EPC, 2026

7.6.7. No que se refere à iniciativa e ao pioneirismo da Central de Compras em centralizar, em uma única contratação, os itens relacionados na Tabela 1 deste Termo de Referência, destaca-se que a contratação centralizada, por meio de uma Central de Compras, proporciona benefícios significativos tanto no setor público

quanto no privado, especialmente no que se refere à eficiência operacional, à redução de custos e à padronização de aquisições. Nesse contexto, a Central de Compras atua consolidando as demandas de diversas unidades administrativas, o que possibilita a realização de aquisições em maior escala e favorece a obtenção de melhores condições contratuais. Assim, destacam-se, entre os principais benefícios: (a) economia de escala e redução de preços; (b) redução de custos administrativos; (c) padronização de bens e serviços; (d) maior poder de negociação; (e) aumento da eficiência e agilidade processual; e (f) transparência e controle.

7.6.8. Registra-se que, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, a definição e a justificativa dos quantitativos demandados constituem atribuição dos órgãos participantes, os quais detêm as informações específicas necessárias ao dimensionamento de suas necessidades, tais como histórico de consumo, quantitativo de efetivo operacional, características territoriais, incidência de ocorrências e condições atuais dos equipamentos disponíveis.

7.6.9. Nesse sentido, a correlação entre dados operacionais e os quantitativos solicitados é elaborada no âmbito de cada órgão demandante, conforme suas peculiaridades e planejamento interno.

7.6.10. Ao órgão gerenciador, nos termos do Decreto nº 11.462/2023 e da IN SEGES nº 58/2022, compete atuar de forma coordenadora e subsidiária, promovendo a consolidação das demandas, a padronização do objeto e a análise crítica dos quantitativos informados, inclusive mediante questionamentos e solicitações de esclarecimentos aos participantes, de modo a mitigar riscos de superdimensionamento e assegurar a compatibilidade com as condições de mercado. Essas ações foram feitas, como já registrado ao longo dos documentos que incorporam todo esse processo.

7.6.11. Dessa forma, a estimativa global reflete a agregação das necessidades formalmente apresentadas pelos órgãos participantes, acompanhada da devida validação procedimental pelo órgão gerenciador.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 201.319.426,99

8.1. A definição dos preços estimados das licitações foi feita por procedimentos baseados no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Os procedimentos adotados, a metodologia, os cálculos e os resultados estão demonstrados na nota técnica de precificação juntada sob o SEI nº 51211209.

8.2. O detalhamento dos preços estimados por itens está contido no Capítulo 1 do TR nº 97/2025. O valor total estimado é **R\$ 201.319.426,99** (duzentos e um milhões, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto da licitação constitui regra geral, devendo ser adotado sempre que técnica e economicamente viável. Essa diretriz visa assegurar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, ampliar a competitividade e permitir a participação de um maior número de licitantes, inclusive daqueles que não dispõem de capacidade para executar a totalidade do objeto, mas que podem atender a partes autônomas dele.

9.2. O parcelamento, entendido como a divisão do objeto em itens ou lotes autônomos, deve ser considerado sempre que a solução demandada pela Administração Pública for divisível, sem prejuízo à funcionalidade do objeto, à economicidade da contratação ou à eficiência da execução contratual.

9.3. A adoção dessa estratégia está alinhada aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme preconizado nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. No caso em tela, a contratação da maioria dos itens se refere ao fornecimento de diversos modelos de equipamentos, os quais são tecnicamente independentes entre si, não havendo interdependência funcional ou necessidade de padronização que justifique sua aquisição conjunta. A análise técnica realizada pela equipe de planejamento da contratação concluiu que:

- **É tecnicamente viável** a divisão do objeto, uma vez que a maioria dos itens são autônomos e não exigem integração entre si;
- **É economicamente vantajosa** a adoção do parcelamento, pois possibilita a ampliação da competitividade, com a participação de fornecedores especializados em determinados itens;
- **Não há perda de economia de escala**, considerando que a aquisição conjunta não traria vantagens significativas em termos de custo unitário ou logística;
- **Há melhor aproveitamento do mercado**, uma vez que o fracionamento do objeto permite a inclusão de microempresas, empresas de pequeno porte e fornecedores locais, promovendo a desconcentração do mercado e a redução de riscos contratuais.

9.5. Ademais, conforme jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, a ausência de parcelamento deve ser devidamente justificada, sob pena de restringir indevidamente a competitividade do certame e comprometer a vantajosidade da contratação.

9.6. Entretanto, no presente caso, foram identificadas razões técnicas, operacionais ou econômicas que aconselham o agrupamento de uma parte do objeto.

9.7. Constatou-se que determinados itens apresentam interdependência, ou seja, somente poderão ser fornecidos por um mesmo contratante, sob pena de se tornarem inservíveis, caso sejam de marcas ou modelos incompatíveis entre si. Os Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 compreendem bens, suas peças de reposição ou equipamentos cuja funcionalidade está condicionada à compatibilidade com máquinas específicas, fabricadas para operar com aquele produto ou conjunto de produtos. A eventual contratação de fornecedores distintos para esses itens representa um risco significativo, especialmente considerando que se tratam de materiais essenciais para o enfrentamento de situações de calamidade. Tal fragmentação pode comprometer não apenas a eficácia das operações de combate a incêndios, mas também a segurança e a integridade física dos brigadistas que operam os equipamentos. Um exemplo crítico é o conjunto de componentes que compõem o Equipamento Autônomo de Proteção Respiratória (Grupo 1), cuja interoperabilidade é imprescindível para garantir a proteção da vida dos profissionais envolvidos.

9.8. Conforme entendimento da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU): "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala". Entretanto, além dos motivos elencados acima, ficou evidente no estudo do mercado que os fornecedores dos itens agrupados tendem a oferecer menores preços quando os itens são adquiridos conjuntamente. Eles costumam ser vendidos na forma de "kit". Os propósitos do agrupamento desses itens é, também, o de preservar os seus valores de mercado, ou se aproximar o máximo possível deles, ao mesmo tempo que se permite aos futuros contratantes a aquisição de peças de reposição também a preço de mercado.

9.9. Dessa forma, a licitação deverá ser estruturada por **itens e por grupos de itens**, de modo a respeitar os preceitos legais e os princípios que regem a Administração Pública, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução contratual.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. São consideradas contratações correlatas aquelas realizadas para atender ao combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos - Aquisição de peças de uniformes, EPI's e materiais relacionados; e aquisição equipamentos para Resgate de Fauna (Processo SEI-MGI nº 19973.017537/2024-15) e Contratação de horas-vôo de aeronaves (Processo SEI-MGI nº 19973.017539/2024-12).

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. No que tange ao Plano de Contratações Anual (PCA), a Central de Compras é dispensada, uma vez que o registro da presente demanda geraria duplicidade de informações, pois caberá aos órgãos e entidades que usufruirão da contratação realizar o dito registro. Diz o art. 21 do Decreto nº 10.947, de 2022:

*Art. 21. A Central de Compras da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia poderá, desde que devidamente justificado, dispensar a aplicação do disposto neste Decreto ao que for incompatível com a sua forma de atuação, observados os princípios gerais de licitação e a legislação pertinente.*

11.2. Os órgãos participantes e os que eventualmente fizerem adesão às ARP deverão, quando da formalização de seus contratos, certificar que as contratações em questão estão contempladas em seus PCA.

11.3. Os órgãos participantes e os que eventualmente fizerem adesão às ARP deverão, também, quando da formalização de seus contratos, certificar que as contratações em questão alinham-se aos seus Planos Diretores de Logística Sustentável (PLS).

11.4. Por ser apenas o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço e evitar duplicidade de registro de informações, não deve a Central de Compras incluir a contratação em seu PLS.

11.5. Por sua vez, a Central de Compras deverá incluir a contratação em seu portfólio de contratações compartilhadas, conforme determina o art. 13 da Portaria SEGES/ME nº 8.678 de 2021:

*Art. 13. A Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital constituirá seu portfólio de contratações compartilhadas considerando as informações dos planos de contratações anuais dos órgãos e entidades.*

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### Aquisição de Produtos de Alta Qualidade

12.1. A licitação estimula a **competitividade entre fornecedores**, resultando em produtos de **melhor qualidade**, fundamentais para a segurança e o desempenho dos profissionais no combate a incêndios.

### Redução de Custos e Economia de Recursos Públicos

12.2. A licitação visa obter a **proposta mais vantajosa**, considerando não apenas o preço, mas também a qualidade e a eficiência. Isso significa que o governo pode adquirir os bens com **economia** de recursos públicos, sem comprometer a qualidade. Essa economia é especialmente importante, pois permite que os recursos sejam alocados de maneira eficiente, garantindo que **mais áreas** atingidas por queimadas sejam atendidas.

### Garantia de Regularidade e Conformidade Normativa

12.3. Todos os fornecedores que participam da licitação devem atender a requisitos legais e às normas de qualidade, de segurança e de proteção ao trabalhador. Com isso, há uma redução no risco de acidentes, melhorando a **segurança** dos combatentes e aumentando a **eficácia no combate aos incêndios**.

### Atendimento Rápido em Situações de Emergência

12.4. Com a finalização da licitação, a compra pode ser estruturada para priorizar a **rapidez de resposta** em casos de emergências, como o aumento de queimadas. Desta forma, a aquisição ocorre de forma ágil, evitando **atrasos** críticos que poderiam comprometer o combate ao fogo e a proteção da fauna local.

### Descentralização e Apoio aos Estados

12.5. Com uma gestão centralizada e adequada da licitação, os recursos serão **distribuídos de forma equilibrada** entre os estados mais afetados pelas queimadas. Isso evita a concentração de materiais em regiões específicas e

assegura que estados com **mais áreas de preservação de fauna e flora** sejam priorizados, garantindo a proteção de **ecossistemas vulneráveis**.

## Transparência e Controle Social

12.6. A licitação aumenta a **transparência pública** no uso de recursos, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle acompanhem o processo. Isso contribui para a **responsabilização** na aquisição de produtos e materiais que impactam diretamente a preservação de áreas florestais e da fauna, reduzindo o risco de **irregularidades e fraudes**.

## Segurança dos Trabalhadores

12.7. Os bens adquiridos por meio da licitação garantem a segurança dos profissionais, o que inclui a proteção contra queimaduras e inalação de fumaça. Equipamentos adequados são essenciais para que os profissionais possam realizar suas atividades com **menos risco e maior eficácia**, resultando em **operações mais seguras e eficientes**.

## Fomento à Indústria Nacional

12.8. A licitação também pode incentivar a participação de **empresas nacionais**, fortalecendo a indústria local. Isso resulta na valorização de tecnologias brasileiras para o combate a incêndios e promove a **geração de empregos**. Ao adquirir produtos nacionais, há maior facilidade no **suporte técnico e reposição de peças**, além da **redução de custos logísticos**.

## Preservação da Fauna e Flora

12.9. Ao combater incêndios de forma eficiente, a licitação garante que a **fauna local** seja preservada. Muitas espécies de animais são diretamente impactadas por queimadas, seja por perda de habitat, intoxicação ou morte. A eficiência no combate ao fogo, diminui os **danos ao ecossistema**, promovendo a **preservação de espécies** nativas e garantindo a continuidade de serviços ecológicos fundamentais, como polinização e controle de pragas.

## Planejamento Estratégico e Estoque de Materiais

12.10. Um planejamento estratégico adequado permite a criação de **estoques de emergência**, garantindo uma resposta rápida a incêndios futuros. Isso é particularmente importante para a **preservação da fauna** em regiões sensíveis, como parques nacionais e reservas ambientais, onde incêndios podem causar danos irreversíveis à biodiversidade.

12.11. Essa responsabilidade pode se estender à adoção de boas práticas que contribuam para a proteção da biodiversidade, como o uso de tecnologias que minimizem a destruição de habitats e priorizem a recuperação de áreas devastadas.

12.12. Resumo dos Benefícios:

- **Qualidade e segurança** nos produtos adquiridos, essenciais para os trabalhadores.
- **Economia de recursos públicos** e maior eficiência no uso dos recursos.
- **Rapidez e planejamento** no atendimento das emergências, com impacto positivo na proteção da fauna e da flora.
- **Transparência e conformidade legal**, garantindo que os processos atendam aos interesses da sociedade e do meio ambiente.
- **Preservação dos biomas**, ao minimizar os impactos das queimadas e proteger os habitats naturais.

12.13. A licitação, quando bem estruturada, pode resultar em uma **combinação de eficiência operacional e proteção ambiental**, garantindo que as queimadas sejam combatidas de maneira eficaz, segura e sustentável, preservando não apenas os recursos naturais, mas também a **vida animal** e os **ecossistemas** em todo o país.

12.14. O benefício direto a ser alcançado é fornecer equipamentos adequados de trabalho para os servidores e brigadistas na execução de suas atividades.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Após a aquisição dos itens, caberá aos órgãos participantes avaliar e adotar as providências necessárias, relativas ao uso, à guarda e à manutenção dos bens adquiridos, considerando suas especificidades operacionais e realidades locais.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A estratégia de contratação proposta no presente estudo visa contribuir para o alinhamento das práticas de contratações públicas sustentáveis com as diretrizes governamentais sobre sustentabilidade, alavancando o cumprimento de legislação vigente sobre o assunto, em especial com o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e no Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

14.2. Durante a fase de planejamento da contratação, a Equipe de Planejamento realizou análise do ciclo de vida dos bens a serem adquiridos, item por item, adotando especificações técnicas que privilegiem a durabilidade, a eficiência e a sustentabilidade dos equipamentos. Dessa forma, buscou-se minimizar a necessidade de substituições frequentes, evitar o descarte recorrente de produtos e priorizar, sempre que tecnicamente viável, materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento ao final de sua vida útil.

14.3. Deve então a Contratada seguir a legislação citada anteriormente, bem como os seguintes preceitos em destaque:

14.3.1. A logística reversa será de responsabilidade da Contratada, observando todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada dos materiais, componentes, embalagens e peças defeituosas.

14.3.2. A responsabilidade pela logística reversa da Contratada será obrigatória sempre que houver previsão legal específica para o produto ou equipamento fornecido, bem como nos casos em que, no local de entrega ou utilização dos bens, não seja possível à Contratante realizar o descarte ambientalmente adequado dos materiais.

14.3.3. Todo o resíduo reciclável gerado deve ser descartado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes.

14.3.4. Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

14.3.5. Todos os descartes deverão ser realizados segundo as recomendações normativas aplicáveis, dando uma destinação responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.

14.3.6. Nos equipamentos e acessórios que demandem baterias para seu funcionamento, deverão ser utilizadas, preferencialmente, baterias recarregáveis de tecnologia lítio, de modo a reduzir a geração de resíduos decorrentes da substituição frequente de baterias descartáveis.

14.3.7. Ainda que sejam utilizadas baterias recarregáveis, deverá ser observada a logística reversa dos componentes ao final de sua vida útil, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

14.4. A Contratada deverá também seguir a legislação sanitária em vigor, adotando boas práticas na confecção dos itens:

14.4.1. A otimização dos recursos naturais;

14.4.2. A redução de desperdícios e o consumo consciente de energia, água e outros recursos, e

14.4.3 Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do manejo dos resíduos de saúde, conforme as legislações vigentes.

14.5. Em razão da natureza do objeto e após análise individualizada dos itens pela Equipe de Planejamento da Contratação, não será exigida a comprovação de inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF). Tal decisão fundamenta-se no fato de que:

14.5.1. a quase totalidade dos fornecedores identificados no mercado não possui referido cadastro;

14.5.2. nos raros casos em que foi constatada a existência de fornecedores nacionais detentores do CTF, a exigência do cadastro apenas para esses fornecedores, sem imposição equivalente aos fornecedores de equipamentos importados, geraria tratamento desigual e potencial barreira injustificada à competitividade do certame.

14.6. Não obstante a não exigência do Cadastro Técnico Federal, serão exigidas certificações de qualidade e gestão ambiental para determinados equipamentos, que comprovem padrões adequados de qualidade, segurança e responsabilidade ambiental.

#### Crítérios de Sustentabilidade

14.7. Além dos critérios de sustentabilidade estabelecidos nas especificações dos itens, serão utilizados os dispostos nos artigos 5º e 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, segundo o que se segue:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

14.8. O Guia de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) orienta:

14.8.1. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental.

14.8.2. Uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto, deve ser prevista a forma de comprovação de seu respectivo cumprimento na fase de aceitação da proposta, por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências (§ 1º do art. 5º da citada Instrução Normativa).

14.8.3. Logo, os produtos recicláveis, como embalagens e outros resultantes do fornecimento dos materiais, deverão ser acondicionados e destinados para os serviços urbanos de coleta de reciclados.



## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Consideradas as informações incluídas neste estudo, declaramos que a aquisição de bens (máquinas, equipamentos e utensílios) para auxiliar no combate a incêndios florestais e demais eventos climáticos extremos é viável na forma apresentada e, para tanto, apresentamos este estudo técnico, que balizará a elaboração do Termo de Referência e será anexo do edital do processo licitatório, destacando que foi elaborado com observância às normas vigentes que regulam as licitações de serviços na APF direta, autárquica e fundacional, especialmente IN SEGES/ME nº 58/2022, IN SEGES/ME nº 65/2021 e Lei nº 14.133/2021.

15.2. Concluímos, também, que a centralização dos procedimentos de registro de preços para a aquisição dos bens em tela é viável em razão dos aspectos que seguem:

- Eficiência operacional — dada a aglutinação de demandas para a realização de procedimento licitatório único para registro de preços — consideradas as atribuições regimentais da Central de Compras e a *expertise* de seu corpo técnico;
- Padronização de procedimentos e nivelamento da qualidade nos bens fornecidos — decorrentes da adoção de um mesmo modelo estratégico de contratação para os diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Economicidade — decorrente da centralização dos procedimentos de licitação para o registro de preços, considerando que, em tese, os certames centralizados são mais atrativos e propiciam o interesse de maior universo de licitantes, bem como da racionalização dos procedimentos licitatórios e de gestão de ata de registro de preços;
- Experiência na contratação — demonstrou-se neste estudo, também, que a contratação objeto de estudo já vem sendo realizada por diversos órgãos federais, com êxito no procedimento licitatório e na aquisição dos bens;
- Conformidade legal — atestada pelas referências normativas registradas no presente relatório, sem prejuízo da necessária e futura submissão à análise da Advocacia-Geral da União;
- Disponibilidade orçamentária — considerando tratar-se de registro de preços centralizado, para atender, especialmente, demandas inseridas no PAC para contratações a partir de 2025.

15.3. Ressalta-se, ainda, que pelo teor das informações constantes de todos os tópicos deste Estudo Técnico Preliminar, registramos que, conforme os termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e por se tratar de objeto comumente licitado no mercado nacional, qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações referentes à presente contratação, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ABDIAS DA SILVA OLIVEIRA**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:45:33.*

**CARLOS PEDROSA NETO**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:02:44.*

**DANIEL ANDRADE CARIBE**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:08:33.*

**DORVALINA TEOTONIA DE CARVALHO**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:35:40.*

**EDNA CRISTINA CARVALHEDO VIDAL DE SOUSA**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:26:19.*

**JOSE SERGIO MARQUES DOS SANTOS**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 14:44:25.*

**LUCILENE FIORENTINO DA SILVA**

Membro da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 15:04:19.*

**MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM**

Coordenador-Geral Substituto de Estratégias de Aquisições e Contratações



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 14:36:16.*

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, para fins de publicação do edital.

**MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 14:24:56.*